

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL – ESS

**ALICE BIRMAN CAVALCANTI**

O NÓ PATRIARCADO-RACISMO-CAPITALISMO NO BRASIL:  
contribuições da cultura para a construção de uma nova hegemonia

Rio de Janeiro

2022

ALICE BIRMAN CAVALCANTI

**O NÓ PATRIARCADO-RACISMO-CAPITALISMO NO BRASIL:**  
contribuições da cultura para a construção de uma nova hegemonia

Trabalho de conclusão de curso apresentado na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como pré-requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Rafaela de Souza Ribeiro.

Rio de Janeiro

2022

CAVALCANTI, Alice Birman.

Sxxx A HEGEMONIA PATRIARCAL, RACISTA E CAPITALISTA NO BRASIL: contribuições da cultura para a construção de uma nova hegemonia / Alice Birman Cavalcanti. - 2022.

xx f.

Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2022.

Orientadora:Rafaela de Souza Ribeiro.

1.Patriarcado 2.Racismo 3.Capitalismo 4.CulturaServiço Social (TCC). I.Ribeiro, Rafaela. II. Universidade Federal doEstado do Rio de Janeiro. III. A HEGEMONIA PATRIARCAL, RACISTA E CAPITALISTA NO BRASIL: contribuições da cultura para a construção de uma nova hegemonia.

CDU:xxxxxx

ALICE BIRMAN CAVALCANTI

**O NÓ PATRIARCADO-RACISMO-CAPITALISMO NO BRASIL:**

contribuições da cultura para a construção de uma nova hegemonia

Trabalho de conclusão de curso apresentado na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como pré-requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2022.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rafaela de Souza Ribeiro (orientadora)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Renata Gomes da Costa  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Vanessa Bezerra de Souza  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO)

*À todas aquelas e aqueles que se dedicam à  
construção de um mundo livre de todos os  
tipos de opressão.*

## AGRADECIMENTOS

Foram muitas as noites que botei a cabeça no travesseiro e fiquei imaginando o momento em que já teria concluído a escrita do TCC e enfim sentaria para fazer os devidos agradecimentos, a tantas pessoas queridas e amadas que me apoiaram nessa trajetória, sem as quais eu com certeza não teria conseguido concluir esse ciclo, ou, pelo menos, não da forma que foi.

Antes de mais nada, queria agradecer minha família, minha mãe Eliane Birman, meu pai Rico Cavalcanti e minha irmã Maria, por me apoiarem e acreditarem em mim desde sempre, por serem meu porto seguro e minha base, por me incentivarem e estarem ao meu lado em todos os momentos, independente de qualquer coisa. Vocês são meu bem mais precioso. Amo vocês demais! Aproveito pra agradecer também ao Marcelo, que acompanhou todo esse percurso de perto, sempre na torcida por mim.

Queria agradecer também ao meu cunhado, Ramon, com quem troquei algumas (várias) ideias no início do processo de elaboração do TCC, que sempre teve uma escuta atenta e disposto a me ajudar com o que fosse preciso ao longo desse percurso. Obrigada, querido.

Agradeço às minhas amigas de escola, de infância, por existirem e serem vocês na minha vida. Por saber que tenho um lugar seguro para dividir e compartilhar qualquer questão, seja afetiva, profissional ou sobre qualquer outro aspecto da minha vida. Meu obrigada do fundo do coração à Helena, Luiza, Paula, Clara, Bru, Anita e Lili. Vocês tornam essa vida mais bonita, amo vocês migos. Aproveito pra agradecer também minha prima Laura, por toda parceria. Te amo, pilma.

Agradeço à Mari, Becca e Lele, pela parceria ao longo de toda a graduação (e por muito mais). A experiência na UNIRIO definitivamente não teria sido a mesma sem vocês, meu fechamento certo. O apoio que a gente se deu pra passar por essa formação foi imprescindível na minha trajetória. Carrego vocês dentro do meu peito e na minha vida pra sempre. Obrigada por aceitarem e acolherem minhas loucuras, e por serem lokas comigo.

Agradeço a Vivi Maia, com quem troquei tantas figurinhas sobre cultura, que me ouviu em longas chamadas de vídeo falando sobre as preocupações com o TCC, que esteve sempre ali disposta a ler meus textos e contribuir de tantas formas. Obrigada por todo carinho, apoio e acolhida amiga, de verdade.

Agradeço a Ju Menas, Ju Reis, Fernanda, Mari Ohana e Giulia, que de formas diferentes fizeram dessa passagem pela UNIRIO mais doce.

Agradeço a Vivi Dias e a Becca Lisboa, pela nossa parceria, pelo amor, pelo cuidado e pelo carinho que envolvem nossos laços. Pelo trabalho que desenvolvemos, pela construção de tantos projetos juntas, por acreditarem na gente, por serem motivo de esperança em tempos melhores, em tempos mulheres. Por vibrarem e torcerem pelas minhas conquistas. Vocês contribuem para a minha formação de uma forma que eu não sou capaz de explicar. Só agradeço!

Agradeço a Vivi Souza, mas nem saberia exatamente por onde começar esse agradecimento, que mereceria uma página inteira e ainda seria pouco. Certamente a pessoa que mais me incentivou e me apoiou na confecção dessa pesquisa. Que acreditou em mim mesmo nos momentos em que eu não fui capaz de fazer o mesmo, que ouviu meus lamentos, choros, angústias. Que esteve ao meu lado nos momentos de desespero. Que me acolheu quando foi preciso e que me mandou tomar vergonha na cara quando foi o caso. Que não deixou que eu pensasse em desistir um minuto sequer. Que me deu força e apoio de forma incondicional. Todas as palavras seriam poucas pra descrever o quão importante você foi nesse processo pra mim, meu bem. Obrigada, obrigada, obrigada.

Agradeço também a Suzane Chagas, que chegou na reta final dessa formação, mas que chegou com tudo. Obrigada pelas trocas acadêmicas e afetivas, por ler meus escritos e por acreditar tanto em mim e no meu trabalho. Por construir junto comigo nosso primeiro resumo expandido publicado em congresso. Que seja o primeiro de muitos!

Agradeço às deusas Carol e Paula, que eu tive a honra de conhecer através do Jardim das Delícias, e que mesmo à distância se fizeram presentes nesse processo. Vocês são luz, lindezas.

Agradeço também a Madonna, por ser inspiração, me ensinar sobre fé e coragem, me fortalecer e incentivar sempre, por me ensinar a acreditar em mim. Te amo, bruxona!

Agradeço a minha analista Andrea Barbosa, que está comigo há tantos anos e acompanhou de perto os altos e baixos desse processo. Em grande parte acho que consegui ser mais gentil comigo e respeitar os momentos que tive com o TCC graças aos nossos encontros semanais. Fica aqui minha gratidão infinda por todo seu apoio ao longo dessa trajetória!

Agradeço também à Equipe de Serviço Social do Hospital Municipal Rocha Maia por terem me acolhido por quatro períodos no campo de estágio. Em especial à assistente social

Marciane da Silva Ornelas da Conceição, que, comprometida com o código de ética e com o fazer profissional crítico, foi um verdadeiro exemplo de profissional para mim.

Agradeço a toda equipe de docentes da ESS-UNIRIO que contribuíram para a minha formação profissional, assim como aos técnicos-administrativos que estavam sempre de pronto para auxiliar em tantas questões burocráticas e institucionais, especialmente ao Diego pelo carinho e disposição em resolver os pepinos o mais rápido possível!

Queria fazer um agradecimento especial à Renata e à Vanessa, essas duas referências que foram tão marcantes na minha formação, mulheres que me ensinam e me inspiram a acreditar em um mundo melhor. Obrigada por acreditarem em mim, por toda troca, pelos ensinamentos, e pelo carinho envolvido. Vocês são gigantes!

Por fim, mas não menos importante, deixo aqui registrado o meu imenso agradecimento a minha orientadora e professora querida, Rafaela Ribeiro. Esse processo não teria sido o mesmo se não fosse por você. Agradeço de coração toda troca, parceria, escuta, disponibilidade acadêmica e afetiva. Agradeço pelo espaço seguro e acolhedor que construímos juntas. Por ter acreditado em mim do começo ao fim, respeitado o meu processo e contribuído tanto na minha formação. Pelas palavras de incentivo quando necessário, pela condução do processo de orientação, pelo profissionalismo com espaço para o afeto. Te admiro demais, Rafa. Obrigada por tanto!

*Quando me atrevo a ser poderosa, a usar  
minha força a serviço da minha visão, o medo  
que sinto se torna cada vez menos importante.*

*Audre Lorde*

## **RESUMO**

O presente trabalho objetiva realizar uma análise da relação entre o nó patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 1987) e a cultura. O nó consiste na relação de imbricação que se estabelece entre os sistemas de dominação e exploração patriarcal, racista e capitalista que estruturam a formação social brasileira. A partir do referencial teórico marxista a respeito da categoria cultura, sob a ótica gramsciana, a monografia tem como proposta elucidar a importância da compreensão crítica acerca dessa categoria para auxiliar na apreensão dos fenômenos que estruturam as relações sociais no Brasil. Tomando a cultura como modo de ser, agir, pensar e organizar, interessa ressaltar o duplo potencial que essa dimensão da vida social carrega em seu seio: o de atuar na manutenção do sistema societário vigente, enquanto um instrumento que legitima a hegemonia burguesa patriarcal e racista, e, por outro lado, o de atuar enquanto um instrumento contra-hegemônico na direção de transformações sociais e políticas.

**Palavras-chave:** Patriarcado; Racismo; Capitalismo; Cultura.

## **ABSTRACT**

The present work takes an analytical approach to the relationship between the patriarchy-racism-capitalism knot (SAFFIOTI, 1987) and culture. Knot here means the intertwining relationship established between systems of domination and exploitation (patriarchal, racist and capitalist) that structure the Brazilian social formation. Regarding the category culture within the Marxist theoretical framework, from a Gramscian perspective, this monograph aims to elucidate the need for a critical understanding of this category in order to assist in the apprehension of the phenomena that structure social relations in Brazil. Taking culture as a way of acting, acting and organizing, it is interesting to emphasize the double potential of this dimension of social life: to maintain the societal system, as an instrument that legitimizes the patriarchal and racist bourgeois hegemony, and, on the other hand, to act as a counter-hegemonic instrument that supports social and political transformations.

**Keywords:** Patriarchy; Racism; Capitalism; Culture.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
a.C	Antes de Cristo
CC	Cadernos do Cárcere
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
EC	Emenda Constitucional
EDEM	Escola Dinâmica do Ensino Moderno
ENESS	Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ETETMP	Escola Técnica Estadual de Teatro Martins Penna
GPEVI	Grupo de Pesquisa sobre Violência Contra a Mulher
PCGB	Partido Comunista da Grã-Bretanha
PCI	Partido Comunista da Itália
PIT	População em Idade de Trabalhar
SISU	Sistema de Seleção Unificado
THE	Teste de Habilidade Específica
Unesp	Universidade Estadual Paulista
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
WEA	Workers Educational Association

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2 O NÓ PATRIARCADO-RACISMO-CAPITALISMO NA FORMAÇÃO SOCIAL, POLÍTICA, ECONÔMICA E CULTURAL BRASILEIRA</b>	<b>18</b>
2.1 DIVISÃO SEXUAL E RACIAL DO TRABALHO	19
2.2 PATRIARCADO	30
2.3 RACISMO	40
2.4 O CONCEITO DO NÓ PATRIARCADO-RACISMO-CAPITALISMO	47
<b>3 A IMPORTÂNCIA DA CATEGORIA CULTURA PARA A ANÁLISE DA REALIDADE SOCIAL BRASILEIRA</b>	<b>53</b>
3.1 AFINAL DE CONTAS, O QUE ESTAMOS CHAMANDO DE CULTURA?	54
3.2 A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA CULTURA	69
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>82</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>87</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como questão central a análise do conceito do “nó” patriarcado-racismo-capitalismo desenvolvido pela socióloga Heleieth Saffioti. Fazendo referência ao sistema de dominação e exploração que, com a emergência do capitalismo, fundiu o patriarcado, o racismo e o capitalismo em um único sistema de dominação e exploração, o conceito do nó traz à tona a inseparabilidade desses três sistemas que se transformaram, através de um processo simbiótico, em um só (SAFFIOTI, 1987).

A partir disso, pretendemos analisar o conceito do nó através do aporte teórico gramsciano acerca da categoria cultura, ressaltando o duplo potencial que essa dimensão da vida social carrega em seu seio: o de atuar na manutenção do sistema societário vigente, enquanto um instrumento que legitima a hegemonia burguesa patriarcal e racista, e, por outro lado, o de atuar enquanto um instrumento contra-hegemônico na direção da transformação social e política.

Nosso objetivo será, então, analisar, a partir de uma perspectiva crítica, a relevância da compreensão acerca do nó na formação social brasileira, e a contribuição da cultura na construção de propostas que tensionam o atual projeto societário<sup>1</sup>. Para tanto, a metodologia escolhida para a realização da pesquisa foi a revisão bibliográfica de obras de autoras e autores críticos que pesquisam sobre os temas: patriarcado, racismo, capitalismo e cultura, a partir do método materialista histórico-dialético aliado à análise documental.

Compreendemos que a pesquisa científica, partindo de uma indagação, inquietação ou questionamento, não surge exclusivamente de uma problematização intelectual. Antes de tudo, é a partir de uma realidade concreta que esse objeto pode ganhar forma no campo da intelectualidade. Nas palavras de Minayo “*nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática*” (2016, p.16). O interesse pelo objeto de pesquisa, a aproximação com o tema, e as reflexões que me impeliram a essa elaboração teórica só foram possíveis graças à uma profunda imbricação com a minha trajetória pessoal e ao processo de formação social e profissional experienciados até o

---

<sup>1</sup> Os projetos societários vinculam-se a práticas e atividades variadas da sociedade, sendo as próprias práticas/atividades que determinam a constituição dos projetos em si. Ou seja, “se desenvolvem em meio às contradições econômicas e políticas engendradas na dinâmica das classes sociais antagônicas (a burguesia e o proletariado), logo, [...] os projetos societários podem ser, em linhas gerais, transformadores ou conservadores” (TEIXEIRA E BRAZ, 2009).

presente momento, por isso, essa introdução comporta uma breve exposição do percurso trilhado que culminou nesta pesquisa.

Estudei a vida inteira na mesma escola, um espaço muito importante para a minha construção como sujeito, para a minha compreensão sobre a vida. Muito mais do que me preparar academicamente, a Escola Dinâmica do Ensino Moderno (EDEM) influenciou minha formação ético-política. Entendi desde cedo que mais do que formar alunos capazes de passar no vestibular, essa escola pretendia formar sujeitos capazes de atuar na construção de um mundo melhor. Sempre alinhada com uma formação crítica, me ensinaram a questionar, a problematizar as situações. Ali, eu tive um espaço privilegiado de contato com diversas formas de arte: pude ter aulas de música, expressão corporal, teatro, dança, artes visuais, entre outras disciplinas que estavam para além das tradicionais.

Foi dentro desse ambiente que comecei a me aproximar e me apaixonar pelo teatro. Tinha, porém, dificuldade (ou medo) de encará-lo como ofício, pois o que me despertava interesse era o fato de enxergá-lo como uma ferramenta de transformação social. Só fazia sentido pensar em fazer teatro caso ele fosse crítico, caso ele pudesse proporcionar ao público o questionamento do *status quo*, da ordem vigente. Era nisso que consistia a beleza do teatro para mim.

Em 2013, concluí o ensino médio e prestei o vestibular pela primeira vez. Foi passeando pelas possibilidades que o Sistema de Seleção Unificada (SISU) me dava que me deparei com o curso de Serviço Social. Quando vi pela primeira vez a grade curricular do curso minha decisão foi tomada de pronto, me interessei pela proposta do curso e enxerguei também como uma possibilidade de no semestre seguinte realizar uma transferência interna e migrar do curso de Serviço Social para Artes Cênicas, uma vez que não tinha feito o Teste de Habilidade Específica (THE) necessário para ingressar na Escola de Teatro da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) naquele ano.

Fui recebida na Escola de Serviço Social com a notícia de que sediaríamos o XXXVII Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), que aconteceria no segundo semestre de 2015, ainda sem ter ideia da dimensão que isso teria, sem sequer saber que tínhamos uma executiva nacional de estudantes, e um movimento estudantil organizado. A minha participação ativa na organização do ENESS e o contato com as disciplinas do

primeiro período fizeram com que eu construísse um vínculo sólido com o Serviço Social, e a ideia de tentar uma transferência interna para a Escola de Teatro da UNIRIO já não parecia tão atraente. Ao mesmo tempo, estava cada vez mais determinada a perseguir a minha formação como atriz.

Em 2015.2 ingressei na Escola Técnica Estadual de Teatro Martins Penna (ETETMP), a mais antiga escola de teatro em funcionamento da América Latina, experiência que marcou profundamente minha vida. Foram anos de muita mobilização para manter a escola em pé, lutando pelos salários dos funcionários terceirizados que atrasavam constantemente, pela renovação dos contratos dos professores que tinham esse vínculo empregatício, pela execução de concurso público que permitisse a entrada de novos professores na escola, entre tantas outras pautas que visavam combater o sucateamento da educação pública brasileira.

Foi nesse contexto que fundei junto com três companheiras da minha turma a companhia teatral de pesquisa feminista “Por Nós” no intuito de construirmos um coletivo de teatro engajado com a transformação social, com enfoque nas relações patriarcais de gênero. Em 2019, a companhia circulou com dois esquetes<sup>2</sup> por três regiões do Brasil - nordeste, centro-oeste e sudeste. Estivemos em Brasília, na capital do Ceará, em Fortaleza, e em cinco cidades do estado do Rio de Janeiro: Macaé, São João da Barra, Niterói, Petrópolis e na capital do estado. Na cidade do Rio as apresentações circularam pela zona norte, zona oeste e pelo centro da cidade. Poder levar para tantas cidades e estados do Brasil a questão da violência contra a mulher - que é tão central e profunda na formação social brasileira - através de uma abordagem artística foi uma das experiências mais incríveis da minha trajetória.

Também em 2019, ingressei no projeto de pesquisa “Cultura, Marxismo e Serviço Social: desafios para uma nova práxis” sob orientação da professora Rafaela Ribeiro. Desde que cursei a disciplina de Identidade e Cultura, em 2018.2, esse foi um tema que me chamou atenção e despertou meu interesse; pensar nos elos entre cultura e serviço social era algo que me instigava e me mobilizava. Por certo esse é um tema que não encontra expressão significativa dentro do Serviço Social, o que pode ser comprovado graças à parca produção

---

<sup>2</sup> Esquete é um termo utilizado para designar uma peça de curta duração produzida para teatro, cinema, rádio ou televisão.

teórica referente ao tema, revelando a lacuna existente na pesquisa dentro do Serviço Social nessa área específica (RIBEIRO, 2020).

No segundo semestre de 2020, já no contexto de pandemia<sup>3</sup>, ingressei no Grupo Pesquisa sobre Violência Contra a Mulher (GPEVI), organizado pelo projeto de iniciação científica orientado pela professora Renata Costa. O grupo de pesquisa foi de fundamental importância para o aprofundamento teórico em relação a violência contra a mulher, tendo proporcionado um fértil contato com as obras de Heleieth Saffioti e Lélia Gonzalez e me impulsionando a investigar mais sobre suas contribuições para pensarmos a realidade social brasileira.

A inserção na iniciação científica, assim como o trabalho que desenvolvo com a companhia teatral de pesquisa feminista e o ingresso no GPEVI, tem um impacto direto no meu trabalho de conclusão de curso, uma vez que me proponho realizar uma aproximação analítica sobre a relação entre o nó, que configura a relação entre os sistemas de dominação e exploração patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 1987) e a cultura (portanto, o modo de vida na perspectiva gramsciana) dos sujeitos que compõem a classe trabalhadora no Brasil hoje, a fim de vislumbrar a possibilidade de elaboração de formas de resistência como um movimento contra hegemônico frente ao modo de produção vigente.

A concepção de cultura que orienta o presente trabalho está vinculada a tradição de estudos que compreende a cultura como um elemento constituinte do ser social, do modo de vida em determinado contexto social. Essa visão da cultura foi elaborada por autores da nova esquerda<sup>4</sup>, com destaque para as contribuições de Raymond Williams e Edward P. Thompson, que encontram em Antonio Gramsci seu principal referencial teórico. Os estudos gramscianos foram, então, imprescindíveis para a formação desta nova escola, e, também, por abrir espaço para o aprofundamento sobre o debate da categoria cultura no campo do marxismo.

---

<sup>3</sup> Em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declara o início da pandemia de Covid-19

<sup>4</sup> A chamada Nova Esquerda (New Left) teve sua origem vinculada a crise de 1956 vivenciada pelo Partido Comunista britânico. Os principais membros que deram origem a esse movimento questionaram as práticas Stalinistas, colocando fim ao alinhamento político que existia no partido. De acordo com Cevalco (2016) foi um movimento que teve origem no final dos anos 1950, reunindo diversos intelectuais britânicos que se propuseram a pensar em novas formas de pensar e fazer política, interligados principalmente pelo viés dos Estudos Culturais.

Para Williams e Thompson, cultura é modo de vida, pois “é entendida como força produtiva, como constituinte e constitutiva das relações de dominação de classe, e, concomitantemente, como elemento propulsor da transformação social. Nessa perspectiva, a revolução cultural torna-se parte constitutiva e constituinte da revolução social” (MARTINS; NEVES, 2014, p.74).

Ambos os pensadores supracitados se debruçaram nas contribuições de Gramsci, que desenvolveu suas reflexões analíticas da realidade social ancorado em Marx, partindo de uma perspectiva teórico-metodológica que encontra na totalidade seu fio condutor, e tem como pressuposto a relação dialética que se estabelece entre o material e o imaterial, entre objetividade e subjetividade, entre a estrutura e a superestrutura da sociedade.

Ressaltamos aqui que os intelectuais que compuseram a nova esquerda trouxeram uma valiosa contribuição para o chamado marxismo ocidental, sobretudo em seu período pós-stalinista, ao trazerem à tona a cultura como uma dimensão da totalidade social, o que não repercutiu de forma expressiva no Serviço Social (RIBEIRO, 2020).

Partindo de uma concepção materialista da cultura, entendemos que os sistemas de valores e os modos de produção se configuram enquanto faces da mesma moeda sendo inconcebíveis um sem o outro (Thompson, 1979 apud Mattos 2012), e por isso se torna necessário superar o sistema de significados e valores produzidos pelo modo de produção capitalista, organizando uma nova cultura (Coutinho, 2014) “uma cultura emancipadora na qual, pela consciência da dominação, possa[mos] construir um novo modo de existência” (Martins; Neves, 2014, p.74).

Vale ressaltar que quando consideramos a relevância desse debate, não estamos tratando de um debate no âmbito do culturalismo<sup>5</sup> ou embasado em teorias pós-modernas<sup>6</sup>, ou seja, onde são tratados separadamente ou com determinada centralidade, numa categoria ou na outra. Estamos partindo de uma perspectiva crítico dialética, abordando a noção de cultura como chave explicativa para desvendar as formas de opressão estruturais que moldam as relações sociais, compreendendo que estas se gestam sempre, e necessariamente, articuladas com uma determinada base econômica. Mais do que isso, lançar um olhar para a cultura, e seu duplo potencial é enxergar os limites e possibilidades da luta por outro projeto societário, aquele com o qual os assistentes sociais se vinculam através do seu projeto profissional.

Interessa, então, analisar o conceito do “nó” desenvolvido por Saffioti (1987), destacando a relevância da cultura e do duplo potencial que essa esfera da vida social carrega: de atuar na manutenção do sistema societário vigente, como um instrumento que legitima a hegemonia patriarcal racista e capitalista, ou, por outro lado, atuar enquanto um instrumento contra hegemônico auxiliando o processo de transformação social e política.

O conceito do nó patriarcado-racismo-capitalismo, que será desenvolvido com maior profundidade no capítulo 1 do presente trabalho, foi cunhado pela socióloga Heleieth Saffioti, e aparece de forma explícita pela primeira vez no livro “O poder do macho” (1987). A autora

---

<sup>5</sup> A concepção de culturalismo está vinculada à abordagem feita da cultura em si mesma, sem levar em consideração as outras esferas da vida social. Essa corrente teórica, representada por Stuart Hall, Zigmund Bauman, Ernest Laclau, entre outros, “trata a cultura como imaterialidade, apresentando uma definição residual e desconectada das outras dimensões da vida social” (RIBEIRO, 2020, p.21). Corroboramos com a autora ao afirmar que “tal corrente, do nosso ângulo de investigação, apresenta-se limitada para o desvendamento do real e para uma crítica efetiva da sociedade capitalista e de seu *modus operandi*” (idem, ibidem). Em parte isso pode ser explicado tendo em vista que o pressuposto do culturalismo é inverso ao do marxismo: “se para o marxismo há uma constituição social da cultura, para o culturalismo há uma construção cultural do social. Porém, a concepção de cultura não é mais, na maioria dos casos, uma totalidade e sim algo fragmentado, produção dos sujeitos (indivíduos, grupos) [...] Isso, em alguns casos extremos, pode gerar a ideia de que basta mudar as palavras, a linguagem (como o “politicamente correto”) para mudar as relações sociais” (VIANA, 2018, p.27 apud RIBEIRO, 2020, p.22). Como poderemos perceber a partir da nota que se segue, o culturalismo é uma expressão das ideologias pós-modernas que se desenvolve no âmbito dos estudos de cultura.

<sup>6</sup> Como afirmam Maia e Oliveira (2011, p.82), a característica central da lógica pós-moderna é a ideia de que não existem verdades absolutas, fazendo com que tudo seja relativizado. A ausência de verdades absolutas conduz então a “uma abertura ilimitada à multiplicidade dos discursos”. Ainda segundo os autores, a pós modernidade “representa apenas os interesses do poder econômico que domina a sociedade atual, designando-a seja como a lógica cultural do capital, como pensa Jameson, seja como o mundo dos negócios, segundo a propositura de Eagleton, ou um novo momento pelo qual passa o capital, afundado em uma crise estrutural sem precedentes, como defende Mészáros”. A partir de uma leitura crítica a respeito da pós-modernidade compreendemos esta “não como uma nova teoria, mas como uma lógica que legitima o atual estágio do capitalismo” (MAIA, OLIVEIRA, 2011, p.88)

propõe uma perspectiva analítica que traz à tona a articulação<sup>7</sup> dessas três contradições estruturais da nossa sociedade, que, apesar de datarem historicamente de períodos distintos, se imbricam ao longo da história de forma que, no Brasil, não é possível isolar a responsabilidade de cada um dos sistemas de dominação exploração fundidos no nó.

Cabe pontuar que desde o seu livro “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade” (SAFFIOTI 2013 [1969]), mesmo antes de formular o conceito do nó, já aparecia em seus escritos um olhar atento para as inter-relações entre as questões de gênero raça e classe. Esse diálogo entre as diferentes formas de opressão aparece na busca que a autora trava para desvendar a condição da mulher ao evidenciar a diferença da posição social ocupada por mulheres brancas e negras no interior da sociedade brasileira (seja no modo de produção escravista, ou capitalista). Assim sendo, desde o final da década de 1960, é possível vislumbrar os esforços da socióloga para articular essas três categorias teóricas.

Vale frisar que a origem e a forma com a qual as relações de dominação e exploração inscritas nas relações de gênero raça e classe vão ser operadas precisam ser pensadas a partir de dado contexto nacional, em cada formação histórica particular, estando sempre situadas no tempo e no espaço. Isso implica dizer que esses processos apresentam diversas interações e determinações que vão variar de acordo com cada formação histórico-social concreta.

O nó revela, então, a necessidade de analisarmos o processo de consolidação do capitalismo no Brasil junto com as categorias teórico-analíticas racismo e patriarcado, uma vez que desde a invasão portuguesa estes são fenômenos que estruturam a nossa formação social. Esse conceito desenvolvido pela autora lança luz justamente à relação de fusão e retroalimentação que permeiam esses fenômenos sócio-históricos, e, ao mesmo tempo, evita cairmos em hierarquizações entre essas relações (SAFFIOTI, 2015). Optamos aqui pela utilização do nó por dois motivos centrais, primeiro, por acreditarmos ser um conceito que auxilia a desvendar a realidade social brasileira, e, em segundo lugar, por considerarmos esta uma contribuição chave para o debate da emancipação humana.

---

<sup>7</sup> Dentro desse campo que articula as opressões estruturais é possível identificar pelo menos duas teorias: a da interseccionalidade, cunhada por Kimberlé Crenshaw, jurista estadunidense, e a da consubstancialidade, cunhada por Daniele Kergoat, socióloga francesa.

Esse debate ganha relevância significativa dentro do Serviço Social, tendo em vista o compromisso assumido pelos assistentes sociais, através do projeto ético político profissional<sup>8</sup>, com a emancipação humana e com a construção de uma nova ordem societária. Em todos os princípios fundamentais expressos no código de ética que norteiam o fazer profissional se coloca o compromisso com uma sociedade mais justa e igualitária, o que põe em cheque a necessidade de reconhecermos o racismo e o patriarcado como fenômenos sócio-históricos estruturais, enquanto sistemas de dominação e exploração anteriores ao capitalismo, mas que nele adquirem uma nova funcionalidade, e novas formas de se manifestar, se expressando ainda hoje no atual estágio do capitalismo monopolista.

Enquanto uma profissão historicamente datada, e inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, o serviço social exige dos profissionais a compreensão acerca dos fundamentos do modo de produção capitalista, uma vez que foi nesse período histórico que a profissão surgiu e se tornou socialmente necessária; trazendo com isso a necessidade de contínua atualização acerca desse movimento conjuntural. Outrossim, não se pode menosprezar a compreensão acerca dos fenômenos sócio-históricos anteriores a esse modo de produção particular (quais sejam: patriarcado e racismo), mas que nele se perpetuam e se renovam reiteradamente. Fenômenos estes que se expressam nas relações sociais, através da cultura, da política e da economia, nas experiências de vida dos sujeitos.

Portanto, atribuir ao racismo e ao patriarcado o mesmo estatuto teórico conferido às relações sociais de classe é de fundamental importância para uma atuação profissional crítica e comprometida com os princípios fundamentais presentes no Código de Ética, pois, como nos aponta Saffioti (1987) e Hooks (2019) esses sistemas se inter-relacionam e “uma vez que todas as formas de opressão estão ligadas em nossa sociedade um sistema não pode ser erradicado enquanto os outros permanecerem intactos” (HOOKS, 2019, p.70).

A trajetória que me traz até aqui, apresentada nesta introdução, reitera a necessidade de olhar para a cultura como uma das ferramentas possíveis para o enfrentamento dos sistemas de dominação e exploração hegemônicos, uma vez que compreendemos, ancorados

---

<sup>8</sup> De acordo com o CFESS (2006) “O projeto ético e político do Serviço Social, que orienta o exercício e a formação profissional, resultou de um processo histórico de construção coletiva, sob a direção das entidades nacionais da categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO). Este projeto de profissão e sociedade é explicitado no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996”.

em Gramsci, Thompson e Williams que o econômico, o político e o cultural estão sempre, e necessariamente, inter-relacionados.

Em vista disso, o trabalho de conclusão de curso está estruturado em 2 capítulos. No primeiro, faremos uma aproximação analítica do conceito do nó, travando um debate sobre patriarcado, racismo e capitalismo, e a relação que se estabelece entre esses sistemas de dominação e exploração hegemônicos. Aqui, ganha destaque as ideias de pensadores como Heleieth Saffioti, Lélia Gonzalez e Silvio Almeida.

No segundo capítulo, apresentaremos o debate da categoria cultura, dando especial importância ao conceito de hegemonia em Gramsci, no intuito de apontarmos a importância dessa categoria para a análise da realidade, e vislumbrá-la como uma ferramenta que pode nos auxiliar no processo de transformação social e construção de uma nova hegemonia. Esse capítulo tem como principais referências teóricas as obras de Gramsci, Thompson e Williams.

Esperamos, a partir deste trabalho, contribuir para o debate crítico acerca do sistema hegemônico patriarcal racista e capitalista no Brasil, e, ao mesmo tempo, lançar luz para as formas de resistência inscritas na realidade concreta.

## **2 O NÓ PATRIARCADO-RACISMO-CAPITALISMO NA FORMAÇÃO SOCIAL, POLÍTICA, ECONÔMICA E CULTURAL BRASILEIRA**

Ao longo deste capítulo apresentaremos o conceito do “nó” patriarcado-racismo-capitalismo desenvolvido por Heleieth Saffioti, que aparece pela primeira vez no livro “O poder do macho” (SAFFIOTI, 1987). Para tanto, faremos uma breve aproximação das categorias teóricas patriarcado e racismo, uma vez que julgamos ser fundamental a compreensão acerca desses fenômenos histórico-sociais para a assimilação do conceito do nó elaborado pela socióloga brasileira e para a compreensão da formação social, política, econômica e cultural brasileira.

Ressaltamos aqui que as contribuições de Heleieth são fundamentais para a construção do pensamento social brasileiro principalmente por duas questões centrais: pelo seu pioneirismo em trazer o estudo da questão da mulher no Brasil, e por fazer isso articulando às questões de ‘sexo’<sup>9</sup> raça e classe (MOTTA, 2018).

O capítulo está dividido em 4 subitens. No primeiro momento faremos o debate sobre a base material sob a qual se estruturam o patriarcado e o racismo: a divisão sexual e racial do trabalho. Partiremos então para uma abordagem a respeito do patriarcado, das origens desse fenômeno histórico-social, compreendendo o porquê da escolha feita pela socióloga de utilização dessa categoria e as relações que se estabelecem entre o patriarcado e o capitalismo. Em seguida faremos o mesmo movimento em relação ao racismo, trazendo o conceito de racismo estrutural para amparar o debate teórico, a fim de apreender a profunda relação que se estabelece entre racismo e capitalismo no Brasil. Por fim, será o abordado o conceito do nó explicitando o imbricamento desses dois fenômenos histórico-sociais (o patriarcado e o racismo) com o modo de produção capitalista no Brasil, apontando a relevância dessa formulação para a compreensão da formação social, política, econômica e cultural brasileira.

---

<sup>9</sup> Saffioti utiliza o termo sexo para designar a relação entre homens e mulheres em “A mulher na sociedade de classes”, tendo em vista que o conceito “gênero” ainda não tinha se difundido naquele período histórico. A autora, contudo, incorpora esse conceito nos seus escritos posteriores, como veremos a seguir.

## 2.1 DIVISÃO SEXUAL E RACIAL DO TRABALHO

Por ser o trabalho um elemento tão fundamental para a sociabilidade humana, gozando de prioridade ontológica<sup>10</sup>, a forma através da qual ele se organiza é indispensável para a compreensão de qualquer sociedade. Em consequência disso, é necessário reconhecer que o lugar que as mulheres e a população negra ocupam nas relações de produção e reprodução que se dão no interior da sociedade de classes, está diretamente relacionado com o trabalho que a elas é atribuído.

Sendo o trabalho o momento privilegiado da práxis por sintetizar as relações dos homens com a natureza e dos homens entre si, *constitui a via por excelência através da qual se proceder ao desvendamento da verdadeira posição que as categorias históricas ocupam na totalidade dialética sociedade capitalista e das relações que elas mantêm entre si e com o todo social no qual se inserem* (SAFFIOTI, 2013, p.60, grifos nossos).

A antropóloga italiana Paola Tabet (2014), mostra que historicamente a divisão do trabalho é sexuada seja nas sociedades de coleta, caça, pesca e/ou agricultura. Em sua pesquisa expõe a repartição desigual do trabalho à qual os homens e mulheres estiveram expostos no decorrer dos séculos, acarretando em um acesso diferenciado aos instrumentos, aos produtos do trabalho e ao tempo de descanso. A autora defende que existe:

[...] uma diferença seja qualitativa, seja quantitativa, dos instrumentos à disposição de cada um dos sexos e mais exatamente de uma generalizada situação de subequipamento das mulheres e da existência de um gap tecnológico entre homens e mulheres no quadro das sociedades de caça e coleta, gap este que, com a evolução técnica, ampliou-se progressivamente e subsiste até hoje nas sociedades industrializadas (TABET, 2014, p.109).

É o diferente acesso aos principais instrumentos de trabalho e o tempo para o descanso (aí incluso o tempo que as mulheres destinam à reprodução da família e com os cuidados e as tarefas destinadas ao ambiente doméstico) que transformam a divisão social do trabalho em uma divisão sexual do trabalho. Tabet (2014, p.108), traz uma contribuição preciosa para esse

---

<sup>10</sup> De acordo com Marx (1983, p.149-150), “o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa uma operação semelhante às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de sua colmeia. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele constitui o favo em sua cabeça, antes de constituí-lo em cera [...] ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo”.

debate ao afirmar que “é necessário analisar a divisão sexual do trabalho *como relação política entre os sexos*” (grifos nossos). De acordo com a mesma:

dizer que as mulheres são limitadas aos próprios corpos seria descrever a situação em termos bastante otimistas: as mulheres são *usadas* enquanto corpos. *A apropriação material das mulheres pelos homens não se limita ao uso sexual e reprodutivo, mas atinge com frequência, de outro modo, a própria integridade desse corpo e sua expressão física.* Agem neste sentido todos os fatores que limitam o movimento e o pleno uso do próprio corpo: das formas de deseducação motora à indumentária (saltos altos etc.); das formas de enclausuramento ou confinamento em espaços internos às formas quase universalmente difundidas de delimitação do espaço; e da interdição das viagens (por terra ou por mar) às formas de degradação física irreversível (da amarração dos pés à engorda forçada, às mutilações sexuais etc.) (TABET, 2014, p.159 grifos nossos).

A autora afirma que nas primeiras sociedades esta divisão esteve embasada nas diferenças biológicas como o formato dos corpos e a capacidade de reprodução da vida. Contudo, com o desenvolvimento das sociedades, as diferenças originárias que tinham como base as questões biológicas se transformaram em divisões sociais sexuais que não mais se explicam pelas divisões originárias, mas pela desigualdade de acesso aos bens da sociedade entre homens e mulheres.

De acordo com Hirata e Kergoat (2009), é na França, em 1970, que antropólogas feministas começam a desenvolver diversos trabalhos e pesquisas analisando a divisão social do trabalho a partir das relações de poder instauradas entre homens e mulheres e das diferentes tarefas e atividades laborais que estes desempenhavam na divisão social do trabalho.

Hirata e Kergoat (2007) distinguem em seus estudos os princípios que organizam a divisão sexual do trabalho, sendo estes o princípio da separação e da hierarquização. No Brasil, a divisão racial do trabalho se organiza de acordo com os mesmos princípios analisados pelas autoras. Isso significa dizer que a divisão social do trabalho se materializa impondo uma *separação* entre “trabalhos femininos” e “trabalhos masculinos”, “trabalhos de brancos” e “trabalhos de negros”, e *hierarquizando* os trabalhos segundo esses fatores, ou seja, atribuindo um valor superior aos trabalhos realizados por homens em detrimento dos trabalhos realizados por mulheres, e dos trabalhos realizados pelas pessoas brancas em detrimento dos trabalhos realizados pelas pessoas negras. O trabalho das mulheres negras, por consequência, vale menos do que qualquer outro.

Isso significa dizer que no modo de produção capitalista, no Brasil, a força de trabalho é organizada de forma hierárquica, desigual e opressora a partir do sexo e da raça. Essa forma específica de organização do trabalho gera diferentes jornadas de trabalho e diferentes salários, impactando em desiguais condições de vida e trabalho vivenciadas pelas classes trabalhadoras. Por isso se torna imprescindível reconhecer que a divisão social do trabalho é também uma divisão sexual e racial, uma vez que a divisão social do trabalho se estabelece tendo como base estrutural esses dois elementos.

As desigualdades sexuais e raciais se configuram, então, como um elemento fulcral nesse modo de produção que se organiza pela exploração. Almeida (2018) pontua que,

O conflito social de classe não é o único existente na sociedade capitalista. Há outros conflitos que ainda que se articulem com as relações de classe, não se originam delas e, tampouco desaparecem com ela: são conflitos raciais, sexuais, religiosos, culturais e regionais que podem remontar a períodos anteriores ao capitalismo, mas que nele tomam uma forma especificamente capitalista. Portanto, entender a dinâmica dos conflitos raciais e sexuais é absolutamente essencial à compreensão do capitalismo, visto que *a dominação de classe se realiza nas mais variadas formas de opressão racial e sexual* (p.75, grifos nossos).

A divisão sexual e racial do trabalho é a base material sob a qual o patriarcado e o racismo se alicerçam. Suas formas de se manifestar possuem especificidades que vão variar a depender do período e local em questão. Em outras palavras, a divisão sexual e racial do trabalho pode operar e se materializar de diversas formas, mas vai ser sempre a base material sob a qual o patriarcado e o racismo se fundam.

Em se tratando de Brasil, ambos se perpetuam conjuntamente operando como elementos que possibilitam uma incorporação desigual ao trabalho e, em consequência, maximizam os lucros dos capitalistas. Nas palavras de Saffioti,

Qualquer que seja o tipo de discriminação que pese contra uma categoria social, *serve para introduzir o fenômeno da diferenciação* dentre os candidatos a empregos. Assim, a mão-de-obra em seu conjunto não é uniforme, é heterogênea. Esta heterogeneidade não diz respeito apenas ao grau de qualificação profissional das pessoas aptas para o trabalho. Estabelecem-se outras diferenças - como as de sexo e de raça - sobre as quais seus portadores não têm controle (1987, p.55, grifos nossos).

A origem do processo histórico que redundou na divisão sexual e racial do trabalho, como vimos, é anterior à emergência da sociedade burguesa e encontra formas variadas de se apresentar nos diferentes períodos históricos a depender dos modos de produção ao qual se

vinculam, adquirindo especificidades no feudalismo, no modo de produção escravista no Brasil e no modo de produção capitalista, por exemplo.

Importa, para o capital, poder usar essas diferenças pré-existentes para pressionar os salários dos trabalhadores a fim de obter cada vez mais lucratividade. A diferenciação da classe trabalhadora pelas relações étnico/raciais e de gênero são, portanto, fundamentais para o funcionamento do modo de produção capitalista, que apresenta sua habilidade em manter a lucratividade ao mobilizar esses fatores biológicos e sociais para dar vida à divisão social do trabalho, utilizando as diferenças como mediações para garantir sua dominação e assim assegurar as condições de exploração que são necessárias para a perpetuação do sistema societário vigente (ALVES, 2017).

Uma nova lógica na divisão sexual do trabalho é instaurada a partir do momento em que o capitalismo começa a se conformar, lógica essa que atribui prioritariamente às mulheres as funções de reprodução<sup>11</sup>, dando luz à figura da dona-de-casa, que consiste em uma das maiores invenções desse modo de produção, e uma das singularidades da divisão sexual do trabalho na era do capital.

Cabe pontuar que na perspectiva aqui adotada produção e reprodução não podem ser tomadas isoladamente pois fazem parte de uma totalidade dialética. Nas palavras de Saffioti (1988, p.143) “produção e reprodução constituem faces de um mesmo sistema produtivo, uma vez que todo modo de produção não pode prescindir da produção de meios de subsistência, nem da reprodução de seres humanos”. Na era do capital o que ocorre, contudo, é que a subordinação da mulher ao homem coloca a esfera da reprodução subordinada ao da produção (SAFFIOTI, 1988).

A filósofa Silvia Federici, no seu livro “Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva” analisa a caça às bruxas ocorrida na Europa entre os séculos XV e

---

<sup>11</sup> Sobre a separação entre produção e reprodução do trabalho, Federici pontua que “Com o desaparecimento da economia de subsistência que havia predominado na Europa pré-capitalista, a unidade entre produção e reprodução, típica de todas as sociedades baseadas na produção-para-o-uso, chegou ao fim conforme essas atividades foram se tornando portadoras de outras relações sociais e eram sexualmente diferenciadas. No novo regime monetário, somente a produção-para-o-mercado estava definida como atividade criadora de valor, enquanto a reprodução do trabalhador começou a ser considerada como algo sem valor do ponto de vista econômico e, inclusive, deixou de ser considerada um trabalho” (2017, p.145).

XVII, apontando como esse processo foi crucial para a acumulação primitiva do capital<sup>12</sup>, tendo preparado o terreno para o desenvolvimento de um regime patriarcal mais opressor (FEDERICI, 2017). Federici salienta que a imposição que restringiu as mulheres ao ambiente doméstico foi uma derrota histórica.

Essas mudanças históricas — que tiveram um auge no século XIX com a criação da figura da dona de casa em tempo integral — redefiniram a posição das mulheres na sociedade e com relação aos homens. *A divisão sexual do trabalho que emergiu daí não apenas sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento para comandar o trabalho das mulheres.* Dessa forma, a separação efetuada entre a produção de mercadorias e a reprodução da força de trabalho também tornou possível o desenvolvimento de um uso especificamente capitalista do salário e dos mercados como meios para a acumulação de trabalho não remunerado (FEDERICI, 2017, p.145-6, grifos nossos).

A autora compreende que a nova organização do trabalho fez com que o trabalho realizado pelas mulheres parecesse um recurso natural, comparando-o ao ar que respiramos e a água que bebemos. Silvia destaca ainda o processo de feminização da pobreza que entrou em curso graças à expulsão das mulheres dos ofícios e, também, à desvalorização do trabalho reprodutivo. Segundo ela, “para colocar em prática a ‘apropriação primitiva’ dos homens sobre o trabalho feminino, foi construída uma nova ordem patriarcal, reduzindo as mulheres a uma dupla dependência: de seus empregadores e dos homens” (FEDERICI, 2017, p.191).

Essa organização do trabalho que atribui à mulher as funções na esfera da reprodução pode ser observada nos dados do documento “estatísticas de gênero indicadores sociais das mulheres no Brasil 2 edição”, que apresenta que no Brasil, em 2019, as mulheres dedicaram quase o dobro do tempo que os homens aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos semanalmente (21,4 horas contra 11,0 horas). Quando incluímos o recorte racial nesses dados, observamos que as mulheres negras estavam mais envolvidas com esses cuidados e afazeres domésticos do que as mulheres brancas (22 horas das primeiras contra 20,7 das últimas). Para os homens, contudo, o indicador não apresentou variações expressivas quando se considera o

---

<sup>12</sup> A acumulação primitiva de capital foi um processo de âmbito estrutural e internacional, gestado dentro do mercantilismo, que expressa as condições históricas que permitiram a transição para o modo de produção capitalista, e que cria, através de um processo violento, o trabalhador livre na Europa, transformando os sujeitos em assalariados. Não cabe, no presente trabalho, aprofundar esse debate, contudo julgamos a contribuição de Federici importantíssima para a compreensão do lugar da mulher na sociedade de classes, trazendo à tona que “na ‘transição do feudalismo para o capitalismo’, as mulheres sofreram um processo excepcional de degradação social que foi fundamental para a acumulação de capital e que permaneceu assim desde então” (2017, p.146).

fator cor/raça, o que demonstra como o fator racial, em termos de gênero masculino, não influi significativamente nas suas atividades no âmbito da reprodução.

Nessa mesma pesquisa temos que o nível de ocupação das pessoas de 25 a 49 anos com crianças de até 3 anos de idade vivendo na residência impacta na determinação da ocupação das mulheres no mercado de trabalho. Para aquelas que possuem crianças nessa faixa etária, a proporção de ocupação em relação à População em Idade de Trabalhar (PIT) é 12,6% menor do que aquelas que não possuem. Já o nível de ocupação dos homens supera o das mulheres em ambas as situações, sendo ainda maior entre os que têm crianças com até 3 anos de idade em casa, quadro no qual a diferença em relação às mulheres chegou em 2019 a 34,6%. Esses dados mostram como a socialização dos imaturos ainda é uma função que recai e impacta predominantemente na vida da população feminina.

Importa destacar que a atribuição de papéis sociais desempenhados por mulheres na esfera da reprodução cumpre uma função fundamental no modo de produção capitalista, pois aumenta os lucros dos donos dos meios de produção ao diminuir seus custos com a reprodução da força de trabalho, uma vez que “o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho” (MARX, 2006, p.112 apud ALVES, 2017, p.35).

O trabalho doméstico não remunerado desempenhado por mulheres, funciona então como suporte à exploração do capital sobre a força de trabalho. Nas palavras de Nogueira,

*As atividades desenvolvidas pelas mulheres no espaço doméstico garantem, entre outras coisas, a manutenção de ‘trabalhadores(as)’ para o mundo do trabalho assalariado, bem como a reprodução de futuros trabalhadores(as) que acabam por se constituir enquanto força de trabalho disponível para o capital. Dessa forma, as atividades não remuneradas realizadas pela dona de casa (como, por exemplo, a comida a roupa lavada/passada, a limpeza da casa etc.) têm papel relevante na redução dos custos da reprodução da força de trabalho, mantendo o seu próprio valor em patamares mais baixos (NOGUEIRA, 2006, p. 183 grifos nossos).*

Por mais que a reprodução da força de trabalho, encarnada nas atividades não remuneradas executadas pelas mulheres cotidianamente, exerça um papel fundamental para a acumulação capitalista, e assumida uma importância econômica significativa, as funções de reprodução da força de trabalho passaram por um processo de invisibilização, “sendo *mistificadas* como uma vocação natural e designadas como ‘trabalho de mulheres’” (FEDERICI, 2017, p.145, grifos nossos).

É nesse contexto que o sexismo emerge como uma fonte de sobre lucro exorbitante para o capital, pois:

[...] sem o trabalho doméstico não remunerado, o Estado capitalista teria que arcar, por exemplo, com restaurantes, lavanderias e escolas públicas em tempo integral em grande escala, de modo a atender à massa da classe trabalhadora. Outra opção seria aumentar significativamente o salário mínimo, de tal forma que um trabalhador pudesse pagar por alguns serviços necessários à reprodução da sua força de trabalho. Ambas as alternativas implicariam em um ônus significativo que afetaria diretamente os lucros do capital (CISNE, 2012, p. 115-116).

De acordo com Saffioti (1976, p.15), por mais que seja pouco perceptível, existe uma relação profícuca entre “o desenvolvimento das forças produtivas e a utilização racional de critérios irracionais para a legitimação da ordem social vigente”. A autora destaca que,

Na defesa de valores real ou supostamente mais altos, como o equilíbrio das relações familiares, o bom desenrolar dos serviços domésticos, a preservação dos métodos tradicionais de socialização dos imaturos, o respeito ao princípio moral da distância entre os sexos, *fez-se a mais completa e racional utilização de critérios de ordem irracional, tais como a debilidade física, a instabilidade emocional e a reduzida inteligência femininas, a fim de imprimir-se ao trabalho feminino o caráter de trabalho subsidiário*, tornando-se a mulher o elemento constitutivo, por excelência, dos contingentes humanos diretamente marginalizados das funções produtivas (SAFFIOTI, 1976, p.15, grifos nossos).

É necessário frisar mais uma vez que a divisão sexual do trabalho opera tanto na esfera da reprodução quanto na produção (SAFFIOTI, 1988), uma vez que esses processos não se encontram isolados na realidade, fazendo parte de um mesmo processo, como apontado anteriormente. Logo, a associação das mulheres à esfera da reprodução e a sua marginalização das funções produtivas se constituem como faces de um mesmo processo.

Ainda de acordo com os dados do documento “Estatísticas de gênero indicadores sociais das mulheres no Brasil 2 edição”, podemos observar como a atribuição maior de tarefas domésticas e cuidados de pessoas (apresentado anteriormente), influência na maior dificuldade de inserção das mulheres no mercado de trabalho. A parcela da PIT que está na força de trabalho (trabalhando ou procurando trabalho e disponível para trabalhar), indica que a taxa de participação das mulheres com 15 anos ou mais de idade foi de 54,5% ao passo que para os homens essa medida chegou a 73,3%, demarcando uma diferença de 19,2 pontos percentuais. Segundo a pesquisa essa desigualdade se manteve ao longo de uma série histórica e se manifesta tanto entre mulheres e homens brancos, quanto entre mulheres e homens negros.

Conforme já observado, a experiência vivida pelas mulheres não se dá de forma homogênea. É necessário nos atentarmos ao fato de que a raça/etnia interfere de forma objetiva na vida desse segmento populacional. Olhando para o Brasil colonial, Saffioti (2013) aponta para a diferença nos papéis ocupados por mulheres brancas e negras. Se à mulher branca da classe dominante cabia a função típica de dona de casa, assumindo as funções de esposa e mãe dos filhos legítimos, a mulher negra escravizada ocupava um lugar completamente distinto. A ela cabiam dois papéis centrais: no sistema produtivo, e nos serviços sexuais que eram obrigadas a prestar.

Foi a exposição das mulheres negras escravizadas à sistemática violação de seus corpos, por terem sido ao longo de todo o período colonial violentamente estupradas, que teve origem a miscigenação, marca da sociedade brasileira. Esse fato lança as bases para a criação, na década de 1930, do mito da democracia racial, que tem como maior efeito a crença de que não há racismo no Brasil. Gilberto Freyre, o maior articulador dessa teoria, afirmava a superioridade dos portugueses (que segundo ele, não eram racistas) em relação aos demais europeus na relação que estabeleciam com os povos colonizados. Isso teria implicado no processo de miscigenação e na “harmonia racial” que lhe era característico. Contudo, Freyre não leva em conta que o processo que deu origem a um Brasil miscigenado foi erigido a partir do abuso, do estupro, da violentação das mulheres negras, o que, por si só, já expunha o caráter racista da miscigenação brasileira.

A diferença na experiência de vida das mulheres brancas e negras pode ser observada em todos os períodos históricos no Brasil, desde o período colonial escravocrata, até os dias de hoje. Para trazermos outro exemplo, na primeira metade da década de 1970, no auge do “milagre brasileiro”, a força de trabalho feminina dobrou, e o número de mulheres na universidade quintuplicou, o que explica o surgimento do interesse tão intenso sobre o “problema da mulher” nesse período histórico, mesmo sem haver um movimento organizado (GONZALEZ, 2020). Contudo, esses dados não se referem às mulheres negras.

Se as transformações da sociedade brasileira nos últimos 20 anos favoreceram *a mulher*, não podemos deixar de ressaltar que essa forma de universalização abstrata encobre a realidade vivida, e duramente, pela *grande excluída* da modernização conservadora imposta pelos donos do poder do Brasil pós-1964: a mulher negra (GONZALEZ, 2020, p.100).

Lélia Gonzalez foi uma autora, intelectual, política, militante, professora, filósofa e antropóloga brasileira que teve uma importância crucial no debate sobre o imbricamento entre racismo, sexismo e capitalismo no Brasil. Ao longo de sua trajetória, Lélia articulou o debate do racismo e do sexismo com o modo de produção capitalista, expondo o lugar que a mulher negra ocupava (e ainda ocupa) em nossa sociedade.

Em suas análises, Lélia expõe que o processo de exclusão das mulheres negras na sociedade brasileira é revelado pelos dois papéis sociais que lhes são atribuídos: o de “doméstica” e o de “mulata”. O termo “doméstica”, segundo a autora, envolve um conjunto de atividades como empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar, etc. que marcam seu “lugar natural”. O termo “mulata”, por sua vez, diz respeito a uma forma mais sofisticada de objetificação, onde a mulher negra é vista como um “produto de exportação”, se transformando em um objeto a ser consumido pela burguesia local e internacional (GONZALEZ, 2020).

Lélia consegue capturar na dinâmica das relações sociais, o fato de que é a mulher negra, ocupando o papel de “doméstica”, que possibilita a emancipação econômica e cultural das mulheres brancas. Por isso afirma que “a libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra” (GONZALEZ, 2020, p.43), expondo o quanto o movimento de mulheres se beneficiou da divisão racial do trabalho para avançar em suas lutas particulares, sem levar em consideração as divergências raciais que existiam e que se manifestavam de forma objetiva e subjetiva na experiência de vida das mulheres brasileiras.

Numa sociedade onde a divisão racial e a divisão sexual do trabalho fazem dos negros e das mulheres trabalhadores de segunda categoria, no conjunto dos trabalhadores já por demais explorados (afinal, sobre quem recai o peso da recessão?); numa sociedade onde o racismo e o sexismo, enquanto fortes sustentáculos da ideologia de dominação, fazem dos negros e das mulheres cidadãos de segunda classe, não é difícil visualizar a terrível carga de discriminação a que está sujeita a mulher negra (GONZALEZ, 2020, p.109).

Lançar luz para como as diferenças étnico raciais interferem na vida das mulheres, em um país como o Brasil, atravessado pelo racismo, é imprescindível, pois as mulheres negras ocupam “o pólo oposto ao da dominação, representado pela figura do homem branco e burguês” (GONZALEZ, 2020, p.109), constituindo o setor mais oprimido e explorado da sociedade brasileira.

Em seus estudos, Lélia também aponta para um fato de suma importância

O racismo, enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, denota sua eficácia estrutural na medida em que remete a uma *divisão racial do trabalho* extremamente útil e compartilhada pelas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, *ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social* (GONZALEZ, 2020, p.96, grifos nossos).

Sabemos que para o funcionamento do modo de produção capitalista, é necessário a existência de uma população de trabalhadores excedentes, a qual Marx denominou de exército industrial de reserva, que opera como um mecanismo regulador do valor da força de trabalho. Nas palavras dele, “grosso modo, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva” (MARX, 2013, p.712 apud ALVES, 2017, p.44).

Enquanto país periférico de capitalismo dependente, o Brasil necessita de *gigantescos* contingentes populacionais marginalizados para que seja possível manter reduzido o nível dos salários. É graças à existência dessa massa marginalizada, denominada por Moura (1983) de “*franja marginal*”, que o sistema capitalista consegue forçar os salários dos trabalhadores para baixo de forma permanente. Ainda segundo Moura (1983, p.37), essa franja foi ocupada, na sua esmagadora maioria, pelos negros, o que coaduna com a visão de Lélia ao situar o racismo como um dos critérios mais importantes para a inserção dos e das trabalhadoras no mercado de trabalho no Brasil.

Fruto do processo de formação e consolidação da classe trabalhadora e do trabalho assalariado que se estabeleceu no Brasil desde o início do capitalismo, a estrutura salarial brasileira tem de fato sua base determinada predominantemente por questões raciais. Isso pode ser observado uma vez que homens negros recebem menos em relação as mulheres brancas, o que fica explícito através das análises do rendimento médio real (a preços de 2019) de pessoas ocupadas com 14 anos ou mais por sexo e cor apresentado no documento “Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil 2 edição”.

O gênero também vai exercer sua influência sobre a estrutura salarial, uma vez que no interior de determinado recorte étnico/racial as mulheres possuem um rendimento médio menor do que os homens. Contudo, o critério racial ainda é o que tem maior impacto na vida

dos sujeitos, concedendo melhores condições às mulheres brancas do que aos homens e mulheres negros e negras, por exemplo.

A população de 14 anos ou mais ocupada em trabalhos informais em relação ao total de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas, também indica como o fator racial pesa mais do que o fator gênero, uma vez que também aqui podemos perceber, através do mesmo documento citado anteriormente, vantagens das mulheres brancas em relação aos homens negros. Por isso, se faz urgente reconhecer a importância do racismo e da divisão racial do trabalho enquanto uma excelente tecnologia de controle social (ALMEIDA, 2018), que naturaliza a posição que a população negra ocupa na sociedade burguesa.

Outro efeito importante da divisão racial do trabalho é o fato desta:

[...] servir de instrumento de dissuasão dos trabalhadores brancos, que pensarão duas vezes antes de reivindicar aumento salarial em uma situação em que poderiam ser substituídos a qualquer tempo por negros ou imigrantes, geralmente mais baratos e, por serem mais suscetíveis ao desemprego, mais facilmente disponíveis no mercado como “exército reserva de mão de obra” (ALMEIDA, 2018, p.113).

É imperioso admitir que a divisão sexual e racial do trabalho se constitui como um elemento imprescindível para a análise da realidade contemporânea, sem a qual é certo o fracasso de qualquer estratégia de superação do sistema societário vigente. A relação entre o capital e o trabalho se materializa em um contexto no qual as diferenças são apropriadas pelos interesses gerais do modo de produção capitalista, garantindo a reprodução desta sociabilidade (ALVES, 2017). Harvey já apontava que:

A força de trabalho potencial tem gênero, raça, etnia e tribo ou se divide pela língua, política, orientação sexual e crença religiosa, e tais diferenças emergem como fundamentais para o funcionamento do mercado de trabalho. (...) *o capital não foi de maneira nenhuma relutante em explorar; se não promover; fragmentações* (HARVEY, 2011, p.57-58, apud ALVES, 2017, p.42, grifos nossos).

A fragmentação da força de trabalho tem um impacto positivo para o capital, pois dificulta a organização da luta da classe trabalhadora pelo fim das relações de dominação e exploração, e, ao mesmo tempo, revigora as possibilidades de exploração da classe trabalhadora como um todo.

Hirata e Kergoat (1994) explicitam que:

A classe operária tem dois sexos, esta afirmação não contraria apenas a utilização corrente do masculino nos textos sobre a classe operária que falam de trabalhadores quando estão se referindo a trabalhadoras! Trata-se também de afirmar que *as*

*práticas, a consciência, as representações, as condições de trabalho e de desemprego dos trabalhadores e das trabalhadoras são quase sempre assimétricas e que raciocinar em termos de unidade da classe operária sem considerar o sexo social leva a um conhecimento truncado – ou pior falso do que é uma classe social (p.95, grifos nossos).*

No Brasil, o não reconhecimento que a classe operária e a classe trabalhadora têm gênero e tem raça/etnia, implica necessariamente em um conhecimento falso sobre a realidade social, política, econômica e cultural brasileira, e se configura como um equívoco teórico que tem implicações práticas na luta contra as opressões.

Kergoat (2009, p.71), salienta também que “as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são expressões indissociáveis que, epistemologicamente, formam um sistema”. O mesmo pode ser afirmado sobre a questão racial: as relações sociais de raça e a divisão racial do trabalho também se encontram intrinsecamente associadas, compondo um sistema. Sistemas esses que, utilizando o termo da socióloga Heleieth Saffioti, se encontram enovelados na realidade concreta.

Duas das grandes consequências desse processo de divisão do trabalho via fatores sexuais e raciais, é a formação dos sistemas de dominação e exploração patriarcal e racista. Apesar destes não se resumirem a quem os originou, sem a divisão do trabalho de forma racial e sexual não existiria patriarcado e racismo. Por isso, nos próximos subitens nos ateremos com maior atenção a cada um desses sistemas, e como cada um deles se juntaram ao capitalismo para conformar o modo de produção no Brasil.

## 2.2 PATRIARCADO

Os fundamentos sócio-históricos que viabilizaram a emergência das relações patriarcais de gênero têm como base material a divisão sexual do trabalho, que diz respeito à forma específica de divisão social do trabalho que decorre das relações sociais de sexo. Reconhecemos aqui que esta é a base estrutural sob a qual se ergue o patriarcado. Nas palavras de Saffioti (1985, p.98) “a divisão sexual do trabalho está na base da subordinação da mulher ao homem”.

No intuito de compreendermos o que é, e como se configura o patriarcalismo, julgamos pertinente olhar para a origem desse fenômeno histórico-social. De acordo com a

historiadora estadunidense Gerda Lerner, “dar historicidade ao sistema de dominância masculina e afirmar que suas funções e manifestações mudam ao longo do tempo é romper com a tradição oferecida” (2019, p.66). Lerner traz uma importante contribuição para entendermos a origem desse fenômeno, uma vez que o objetivo de sua pesquisa consiste justamente na busca pela história do sistema patriarcal. Segundo a historiadora,

Mulheres e homens entraram no processo histórico sob diferentes condições e passaram por ele em velocidades distintas. Se o ato de registrar, definir e interpretar o passado marca a entrada do homem na história, isso ocorreu para os homens no terceiro milênio a.C. Para as mulheres (*e ainda assim apenas para algumas*), com *notáveis exceções*, ocorreu no século XIX. *Até então, toda a História era Pré-História para as mulheres* (LERNER, 2019, p.372, grifos nossos).

A pesquisa desenvolvida por Gerda possibilitou desvendar a história desse sistema de dominação-exploração, fruto da divisão sexual do trabalho. Dessa forma, seu propósito é analisar quando o patriarcado foi criado e como ele foi permanecendo nos diferentes modos de produção. Segundo a autora, “a falta de conhecimento das mulheres sobre a própria história de luta e conquistas é um dos principais meios de nos manter subordinadas” (LERNER, 2019, p.372), assim, o resgate histórico empreendido por ela cumpre a função de desmistificar a inferioridade da mulher tida como “natural” ainda nos dias de hoje e, simultaneamente, lançar luz para quem são os verdadeiros beneficiários desse sistema.

O levantamento histórico realizado por Lerner (2019) aponta que o patriarcado foi um processo que se desenrolou em um espaço de tempo de quase 2500 anos, de cerca de 3100 a 600 a.C.,<sup>13</sup> tendo sido o primeiro sistema de dominação e exploração a se consolidar. O surgimento desse processo se deu no Antigo Oriente próximo e seu desenvolvimento ocorreu em ritmos e momentos diferentes, em sociedades distintas. Sua origem está vinculada ao Estado arcaico e sua unidade básica é família patriarcal.

O Estado arcaico foi organizado de modo que a dependência de homens chefes de família do rei ou da burocracia do Estado fosse *compensada* por sua dominância sobre a própria família. (...) *O controle dos chefes de família sobre os familiares e filhos menores de idade era tão importante para a existência do Estado quanto o controle do rei sobre seus soldados* (LERNER, 2019, p.266, grifos nossos).

---

<sup>13</sup> “Foi nas sociedades de caça e coleta, nas quais reinava a igualdade de gênero, que os homens, desfrutando de tempo livre (a caça sendo atividade praticada uma ou duas vezes por semana), criaram os sistemas simbólicos que inferiorizam socialmente as mulheres.” (SAFFIOTI, 2000, p. 72).

A historiadora defende que a escravização de mulheres prisioneiras foi um passo importantíssimo para o desenvolvimento e para a elaboração das instituições patriarcais, como o casamento e sua ideologia que coloca na castidade a “honra” feminina.

*Em toda sociedade conhecida, as mulheres das tribos conquistadas eram escravizadas primeiro, enquanto os homens eram mortos. Somente depois que os homens aprenderam como escravizar as mulheres dos grupos que podiam ser definidos como estranhos é que eles aprenderam a escravizar os homens desses grupos e, em seguida, grupos subordinados de suas próprias sociedades. Dessa forma, a escravidão de mulheres, combinando tanto o racismo quanto o machismo, precedeu a formação de classes e a opressão de classes (LERNER, 2019, p.262, grifos nossos).*

A autora indica que foram fatores biológicos e culturais que fizeram com que os homens aprendessem a escravizar mulheres antes de escravizar homens. O terror físico aliado a coerção, imprescindíveis no processo de transformar pessoas livres em escravizadas, tomaram a forma específica de estupro na vida das mulheres. Esse foi o principal meio através do qual as mulheres foram subjugadas fisicamente, tendo se constituído como uma prática mundial presente em cada época e cada sociedade escravocrata. Lerner (2019) destaca ainda que o uso de mulheres escravas como servas e objetos sexuais se transformou em um padrão para a dominação de classe sobre as mulheres de forma que se estendeu por todos os períodos históricos, não ficando limitado aos períodos escravocratas.

A formação de classes que se gestou durante o segundo milênio a.C. manteve o status econômico estreitamente conectado com a servidão sexual na experiência de vida das mulheres, fazendo com que a posição de classe que elas ocupavam fosse definida de maneira distinta em relação a posição dos homens (LERNER, 2019). Diante disso, temos que a dominação sexual se configura então como um elemento basilar tanto para a dominação de classe quanto de raça.

Foi a partir da experiência da escravização de mulheres e crianças, que os homens compreenderam que todos os seres humanos poderiam tolerar a escravidão, “e desenvolveram técnicas e formas de escravização que lhes permitiriam transformar essa dominância absoluta em instituição social” (LERNER, 2019, p.153). Assim, a origem da sociedade de classe está vinculada à dominação dos homens sobre as mulheres, que posteriormente evoluiu para a dominação de alguns homens sobre outros homens e todas as mulheres, sendo possível afirmar que “as diferenças de classes foram, em seu início, expressas e constituídas em termos

de relações patriarcais. *A classe não é um constructo separado do gênero. Em vez disso, a classe é expressa em termos relacionados ao gênero*” (LERNER, 2019, p.262 grifos nossos).

Lerner enfatiza que independente do período histórico cada classe é constituída por duas classes distintas - homens e mulheres. Se para os homens “a classe foi e é baseada em suas relações com os meios de produção: aqueles que detinham os meios de produção podiam dominar aqueles que não os detinham” para as mulheres “a classe é mediada por meio de seus vínculos sexuais com um homem” (2019, p.355), por isso a mesma vai defender que a posição de classe das mulheres se consolida e se estabelece por meio de suas relações sexuais.

Apesar da origem do patriarcado estar vinculado à família patriarcal, ao Estado arcaico e ao poder do patriarca, este não se limita à sua origem. Pateman (2020, p.38) afirma que “a interpretação tradicional da história do pensamento político moderno é a de que a teoria e o direito patriarcais estão mortos e enterrados há 300 anos”, porém, segundo a autora,

Grande parte da confusão surge porque “patriarcado” ainda está por ser desvencilhado das interpretações patriarcais de seu significado. Até as discussões feministas tendem a permanecer dentro das fronteiras dos debates patriarcais sobre o patriarcado. É urgente que se faça uma história feminista do conceito de patriarcado. Abandonar o conceito significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada (PATEMAN, 2020 p.39/40).

Pateman chama atenção para o fato de que para compreendermos o significado político do *status* atribuído às mulheres na concepção moderna do patriarcado, é necessário que o termo patriarcado seja desvencilhado de alguns pressupostos patriarcais. O mais eficaz deles é a acepção de patriarcado no sentido literal de governo do pai ou direito paterno.

A interpretação patriarcal do “patriarcado” como direito paterno provocou, paradoxalmente, o ocultamento da origem da família na relação entre marido e esposa. O fato de que os homens e mulheres fazem parte de um contrato de casamento – um contrato original que instituiu o casamento e a família – e de que eles são maridos e esposas *antes* de serem pais e mães é esquecido (PATEMAN, 2020, p.49).

As contribuições de Pateman são valiosas para a construção de uma abordagem feminista sobre o patriarcado, pois, indo além das acepções patriarcais do patriarcado, a autora defende que o poder conjugal não é paterno, e sim parte integrante do direito sexual masculino, poder este exercido pelos homens enquanto homens, e não enquanto pais. Nas palavras da autora, “na sociedade civil, todos os homens, não apenas os pais, podem gerar a

vida e o direito políticos. A criação política não é própria da paternidade, e sim da masculinidade” (PATEMAN, 2020, p.61).

Tendo feito essa breve incursão pela origem histórica do patriarcado, daremos prosseguimento à análise do porquê a autora que cunhou o conceito do nó considera esta uma categoria fundamental para a análise da realidade social brasileira. Pioneira nos estudos da questão da mulher no Brasil, Saffioti foi uma defensora da utilização da categoria patriarcado ao longo de toda sua trajetória acadêmica e intelectual. Se em seus primórdios o termo esteve vinculado ao poder do pai, Saffioti coaduna com o pensamento de Pateman, compreendendo que não é possível reduzir seu significado a este poder na atualidade. Sua definição se estende para tratar das relações sociais onde há dominação dos homens sobre a totalidade da vida das mulheres, se manifestando no âmbito da produção, da reprodução, da sexualidade e da socialização dos imaturos.

Para explicitar o porquê da utilização do patriarcado enquanto categoria analítica a autora pontua seis elementos fundamentais:

Por que se manter o nome patriarcado? Sistematizando e sintetizando o acima exposto, porque: 1) não se trata de uma relação privada, mas civil; 2) dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição (...) 3) configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4) tem uma base material; 5) corporifica-se; 6) representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2015, p.60).

A utilização do patriarcado como forma de denúncia da dominação e exploração dos homens sobre as mulheres e da forma particular de relação que se estabelece entre eles ganhou força dentro do movimento feminista<sup>14</sup>, sobretudo no que ficou conhecido como feminismo radical, a partir da década de 1970 (SAFFIOTI, 2015). Contudo, a disseminação do conceito de gênero<sup>15</sup> como uma ferramenta para se pensar as relações socialmente

---

<sup>14</sup> Segundo Ergas (1991, p.588) o movimento feminista “indica historicamente conjuntos variados de teorias e práticas centradas em volta da constituição e da legitimação dos interesses das mulheres. Nesta perspectiva, o feminismo é mais uma questão histórica do que uma questão de definição” (apud LIMA, 2014, p.50).

<sup>15</sup> “A primeira utilização do termo data de 1955 e foi proposto por John Money para descrever o conjunto de condutas atribuídas aos homens e às mulheres. Contudo, a diferença conceitual entre gênero e sexo foi nitidamente definida por Robert Stoller em 1968. Esse autor definiu sexo como o aspecto anatômico e fisiológico da espécie humana e gênero como relacionado ao significado que cada sociedade atribui ao sexo (Gomáriz, 1992)” (LIMA, 2014, p.51). Para Saffioti “Este conceito não se resume a uma categoria de análise, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento, podendo ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (Lauretis, 1987); símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (Scott, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (Flax, 1987); como, numa certa instância,

estabelecidas entre homens e mulheres levou ao questionamento da noção de patriarcado, que foi acusado de ser uma maneira universal das relações de gênero, tratando de forma única as relações de poder que se estabelecem entre homens e mulheres em diferentes contextos e lugares. Foi nesse quadro que o termo patriarcado deixou de ser utilizado por muitas teóricas feministas, tendo sido considerado um termo a-histórico e insuficiente para tratar das relações de gênero (MOTTA, 2018).

Podendo ser lido como uma categoria guarda chuva, o gênero possibilita tratar de vários aspectos que envolvem as relações sociais entre homens e mulheres, inclusive no âmbito da sexualidade. Foi uma categoria criada nas Ciências Sociais para denominar as relações sociais baseadas no sexo. Correspondeu ao esforço teórico para transformar um debate que insistia em explicar apenas pela ótica natural, biológica (e porque não biologizante) dos sujeitos, as relações que são necessariamente sociais.

Precisamos ter em vista, contudo, que o conceito de patriarcado está diretamente relacionado com a divisão sexual do trabalho, ao passo que o conceito de gênero não necessariamente se encontra vinculado a tal debate. Por isso Saffioti nunca abriu mão de usar o conceito de patriarcado, uma vez que sua preocupação de pesquisa é a base material que explica as condições de vida, trabalho e violência vivenciadas pelas mulheres. A autora, então, não abandona a utilização desta categoria analítica, uma vez que para ela “na base do julgamento do conceito como a-histórico reside a negação da historicidade do fato social” (2015, p.104), assim sendo, ao mesmo tempo que absorve o conceito de gênero, Saffioti reitera a utilidade do patriarcado para a análise das relações entre homens e mulheres, se colocando na contramão dessa tendência. A autora ressalta que:

Em tese, o gênero representa uma diferenciação. Neste sentido, pode ser até mesmo muito positivo. Todavia, é extremamente negativo quando a diferenciação entre homens e mulheres se transforma em hierarquias, seja na direção de inferiorizar a mulher, como acontece em todas as sociedades em maior ou menor grau, seja na direção oposta. O ideal seria uma organização de gênero que mantivesse no mesmo patamar, quanto às probabilidades de exercício do poder, homens e mulheres. Condição *sine qua non* para isto consiste em atribuir o mesmo valor ao feminino e ao masculino. Esta é uma utopia feminista que vale a pena perseguir, mesmo porque ela traria enormes benefícios não apenas para as mulheres como também para os homens (SAFFIOTI, 1994, p.461).

---

uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem mulher, mas também relações homem-homem e mulher -mulher (Saffioti, 1992, 1997b; Saffioti e Almeida, 1995) etc. *Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de acordo: o gênero é a construção social do masculino e do feminino*” (SAFFIOTI, 1999, p.82, grifos nossos).

É justamente pelo gênero ser uma categoria que não implica necessariamente desigualdade de poder, e nem a parte oprimida na relação que se estabelece entre homens e mulheres, que a autora vai defender a utilização simultânea dos dois conceitos. Segundo ela, “a recusa da utilização do conceito de patriarcado permite que este esquema de exploração-dominância grasse e encontre formas e meios mais insidiosos de se expressar” (2015, p.122), influenciando inclusive uma possível ampliação desse fenômeno e tornando-o invisível. A autora mais uma vez se alinha com o pensamento de Pateman, para quem o abandono da utilização da categoria patriarcado figura “a perda, pela teoria política feminista, do único conceito que marca nitidamente a subordinação das mulheres, especificando o direito conferido aos homens pelo fato de serem homens” (SAFFIOTI, 2015, p.127).

É por esse motivo que, para compreendermos o pensamento de Saffioti, é indispensável a utilização do termo gênero e patriarcado de forma conjunta, uma vez que o gênero não revela, necessariamente, a desigualdade existente nas relações entre homens e mulheres, permitindo que consideremos o conceito de gênero como um conceito muito mais amplo que a noção de patriarcado (SAFFIOTI, 2015).

Tendo em vista a diferença entre gênero e patriarcado, corroboramos com a socióloga brasileira na defesa da utilização do patriarcado enquanto uma importante ferramenta analítica, insistindo pelo uso simultâneo dos dois conceitos em questão, uma vez que juntos demarcam a existência de uma desigualdade na relação entre homens e mulheres, sendo o patriarcado uma *forma específica* das relações de gênero.

A socióloga Heleieth Saffioti também atenta-se ao fato de que “o gênero, milênios anterior, historicamente, às classes sociais, se reconstrói, isto é, absorvido pela classe trabalhadora inglesa, no caso de Thompson, se reconstrói/constrói juntamente com uma nova maneira de articular relações de poder: as classes sociais” (SAFFIOTI, 2015, p. 122). Heleieth ressalta que apesar de não terem a mesma gênese e nem se darem da mesma forma, a história das classes sociais é muito mais recente do que o gênero, logo, as classes sociais se originaram em um solo patriarcal, sendo um equívoco teórico e analítico olhar para as relações de classe ignorando, ou subestimando, a importância das relações patriarcais de gênero. É em razão da inserção diferenciada das mulheres nas diferentes classes sociais que os debates de gênero e classe se encontram necessariamente articulados.

As mulheres não foram incorporadas à estrutura patriarcal capitalista de trabalho como “trabalhadoras”, mas apenas como *mulheres*; e como poderia ser diferente se as mulheres não são, e não podem ser homens? O contrato sexual é parte integrante da sociedade civil e do contrato de trabalho; a dominação sexual estrutura o espaço de trabalho, tanto como o lar conjugal (PATEMAN, 2020, p.211).

Por ser um sistema de exploração e dominação anterior ao modo de produção capitalista, o patriarcado se molda para intensificar o processo de dominação e exploração ao qual as pessoas estão submetidas na era do capital. Essa relação que se estabelece entre patriarcado e capitalismo vai ser remodelada a depender do contexto histórico-social de determinado país e pelos processos de desenvolvimento e crise<sup>16</sup> por qual passa o capitalismo. É nesse sentido que a autora vai defender que “não há de um lado dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração” (SAFFIOTI, 2015, p. 138).

No seu artigo “força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras” (SAFFIOTI, 1985) a socióloga destaca que o patriarcado esteve presente e atuante em cada uma das fases de formação social econômica burguesa, sendo então consubstancial ao modo de produção capitalista. Contudo, embora historicamente o patriarcado seja anterior ao desenvolvimento do capitalismo, é na sociedade capitalista que esse fenômeno histórico-social se agudiza drasticamente, uma vez que o modo de produção vigente acentua todas as contradições presentes nas sociedades. A autora vai defender que

[...] o modo de produção capitalista, calcado que é na extração de mais-valia relativa e, portanto, na busca incessante da elevação crescente da produtividade do trabalho, põe-se, ao longo da formação social e econômica capitalista como o momento histórico menos propiciador da atualização da dimensão econômica da práxis social típica deste regime de produção, não apenas, mas especialmente para as mulheres (SAFFIOTI, 1976, p.9).

Se hoje a constatação de que a classe trabalhadora tem dois sexos parece óbvia, nem sempre foi assim. Em 1967, quando Heleieth defendeu sua tese de livre docência, pela UNESP, intitulada “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade” cumpriu um importante papel para a valorização do gênero no interior dos debates sociológicos. É necessário reconhecer a contribuição significativa de Saffioti para a consolidação dos estudos

---

<sup>16</sup> Ernest Mandel, teórico marxista, oferece uma interpretação das causas da longa onda de crescimento rápido na economia capitalista internacional no pós-guerra, onde verifica os limites inerentes desse período, que asseguravam a sua substituição por outra longa onda de crise econômica e social crescente para o capitalismo mundial, caracterizada por uma taxa mais baixa de crescimento global (MANDEL, 1985).

de gênero como um campo de pesquisa no Brasil, uma vez que ela foi uma das responsáveis por abrir caminho para o percurso de tantas pesquisadoras nessa área (MOTTA, 2018).

O patriarcado no modo de produção capitalista traz inúmeras consequências e rebatimentos para a vida das mulheres, que vão sofrer de forma mais ou menos intensa a depender se são brancas ou negras, da classe trabalhadora ou não e de outros fatores como orientação sexual, religião, regionalidade, dentre outros. Assim como no Antigo Oriente a partir de 3100 a.C. foi se desenvolvendo um sistema onde a dominância dos homens sobre as mulheres no interior da família funcionava para aliviar a falta de poder dos homens em relação ao rei ou a burocracia do Estado, essa relação pode ser observada até os dias de hoje, uma vez que os homens:

[...] são educados pelos poderes dominantes a aceitar a desumanização e exploração a que são submetidos no mundo público do trabalho, e ensinados a esperar que o mundo privado, *o mundo do lar, das relações íntimas, restaure o seu senso de poder*, que equiparam à noção de masculinidade (HOOKS, 2019, p.180 grifos nossos).

O lar é de fato o ambiente mais hostil às mulheres em termos de violência contra a mulher no Brasil. Esse fato pode ser observado através dos dados do “Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021”, que aponta que ao menos 630 mulheres procuraram uma autoridade policial diariamente para denunciar um episódio de violência doméstica ao longo de 2020. Além disso, a residência foi o local do crime que concentrou o maior índice de feminicídios, representando 54% dos crimes tipificados dessa forma, apontando para o quanto o ambiente doméstico pode representar o espaço mais adverso para a vida das mulheres.

As relações íntimas também são as que colocam as mulheres em risco com maior frequência. No caso de feminicídios, por exemplo, em 2020 apenas 4,3% foram perpetrados por desconhecidos ou por pessoas sem vínculo com a mulher, tendo a esmagadora maioria dos casos (81,5%) sido perpetrados por companheiros ou ex-companheiros e 8,3% por outros parentes.

Ao aceitar e perpetuar a dominação dos homens sobre as mulheres os donos dos meios de produção garantem que a violência masculina será exercida em casa e não no local de trabalho, evitando assim uma possível rebelião trabalhista que coloque em xeque o modo de produção capitalista (HOOKS, 2019), da mesma forma que outrora essa relação serviu para sustentar o Estado arcaico.

Como trabalhadores, a maior parte dos homens em nossa cultura (e das mulheres que trabalham) é controlada e dominada. Diferentemente das mulheres que trabalham, *os trabalhadores vivem diariamente a fantasia de supremacia e controle*. Na realidade, eles possuem muito pouco poder, e sabem disso. No entanto, eles não se rebelam contra a ordem dominante ou fazem uma revolução (HOOKS, 2019, p.180, grifos nossos).

É nesse sentido também que Davis (2016, p.202) afirma que “quando homens da classe trabalhadora aceitam um convite ao estupro que lhes é estendido pela ideologia da supremacia masculina, eles estão aceitando um suborno, uma compensação ilusória a sua falta de poder”.

Como vimos na pesquisa de Lerner (2019), a dominação sexual é uma prática que faz parte do sistema de exploração e dominação das mulheres desde seus primórdios, tendo sido uma ferramenta de controle fundamental para a dominação de classe desde sua origem até o presente momento. Saffioti (2015, p.49) afirma inclusive que “um dos elementos nucleares do patriarcado reside exatamente no *controle da sexualidade feminina*” (grifos nossos). Uma das formas desse controle se dá através da violência sexual, que fica explícita nos dados apresentados pelo “Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021”, onde as mulheres e meninas representam 86,9% das vítimas dos 60.460 casos de violência sexual que foram notificados em 2020. Dados do “Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020” apontam que em 2019 ocorreu 1 estupro a cada 8 minutos, e 85,7% desses casos foram praticados contra mulheres.

Esses são apenas alguns exemplos que expressam os rebatimentos do patriarcado para as condições objetivas de vida das mulheres, tendo também um impacto significativo na subjetividade das mesmas. Poderíamos aqui entrar em inúmeros outros exemplos concretos que demarcam a existência de uma relação desigual e opressora que se estabelece a partir do sexo/gênero, contudo, julgamos que a partir do exposto já é possível visualizar como o patriarcado ganha forma nos dias atuais.

Impõe-se a necessidade de reconhecer que o patriarcado é um elemento *estruturante* da formação social do Brasil, uma vez que este constitui a base econômica, política e cultural brasileira desde o momento da invasão dos colonizadores portugueses até os dias de hoje. É por se configurar como um fenômeno sócio-histórico estrutural que ele vai compor o nó

patriarcado-racismo-capitalismo formulado por Heleieth, que será abordado no final do presente capítulo.

### 2.3 RACISMO

Assim como o patriarcado, o racismo também se configura como um sistema de dominação e exploração construído historicamente. Para abordar o debate sobre racismo, faremos uma breve consideração acerca do fenômeno da escravização, pois este se configura como um fenômeno histórico e econômico de suma importância para a compreensão do desenvolvimento social da humanidade e para o desenvolvimento do racismo tal qual conhecemos atualmente no Brasil.

Muito anterior à utilização desse sistema na colonização e exploração do Brasil, a escravização foi uma invenção que brutalizou segmentos populacionais através da dominação de um grupo social pelo outro, tendo sido “a primeira forma *institucionalizada* de dominância hierárquica na história humana” (LERNER, 2019, p.146). As fontes históricas sobre o surgimento da escravização são escassas, mas existe um consenso de que esta deriva da guerra, e da conquista, e, segundo Lerner (2019), as primeiras referências ao tratamento de inimigos sobreviventes datam de 2500 a.C., na Mesopotâmia.

Lerner (2019), afirma que a escravização recente é fruto de um longo processo histórico de desenvolvimento e teve como base a ideia de que um grupo de pessoas podia ser classificado como um grupo externo, e, portanto “marcado a ferro como escravizável, forçado ao trabalho e à subordinação”, segundo a autora “esse estigma de ser escravizável, combinado com a realidade de seu *status*, faria o grupo aceitar isso como fato” (p.147), ademais, era essencial que a escravização não só durasse a vida inteira do sujeito escravizado, mas também que esse *status* pudesse ser fixado de forma permanente à todo um grupo de pessoas e seus descendentes, que outrora foram livres.

Contudo, devemos considerar que a criação desse fenômeno histórico-social esteve, nas suas origens, atrelada ao processo de subordinação das mulheres:

Sabemos que constructos mentais costumam vir de algum modelo da realidade e consistem de um novo ordenamento de experiência passada. Essa experiência,

disponível aos homens antes da invenção da escravidão, era a subordinação de mulheres do próprio grupo (LERNER, 2019, p.112).

Segundo a autora, “o precedente de considerar mulheres um grupo inferior permite a transferência desse estigma a qualquer outro grupo que seja escravizável” (LERNER, 2019, p.182). A existência de um sistema de subordinação das mulheres pelos homens foi o que deu origem ao modelo conceitual que possibilitou o desenvolvimento da escravização como instituição social. Modelo este que utiliza fatores biológicos e culturais para a implementação de um sistema de dominação e exploração perverso e cruel, que, ao se tornar um sistema dominante, transforma um grupo “escravizável” em uma categoria inferior de humanos.

No período de acumulação primitiva do capital<sup>17</sup>, países como Inglaterra, Portugal, Holanda e França, acionaram a escravização por meio da colonização para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Esse período histórico, além de expropriar os camponeses europeus de suas terras, contou com a descoberta de ouro e prata nas Américas, com o extermínio e a escravização da população indígena, a conquista e pilhagens das Índias Oriental, a transformação da África num “vasto campo de caçada lucrativa” (MARX, 2014, p.872), além de ter contado com o processo de degradação social sofrido pelas mulheres, já mencionado anteriormente (FEDERICI, 2017).

O sistema escravista foi então, um dos principais negócios no período mercantilista que possibilitou a formação do capitalismo comercial. Tanto a colonização, quanto o mercantilismo, o capital comercial e a industrialização se utilizaram desse fenômeno histórico-social para seu desenvolvimento. Logo, a escravização no Brasil, assim como em outras colônias, teve um papel econômico e social crucial não só para sua formação social, mas também para o desenvolvimento do capitalismo industrial nas metrópoles. Nesse sentido, Moura vai afirmar que “como cimento dos alicerces da sociedade capitalista, a escravidão, durante um período de tempo relativamente longo, foi um dos seus elementos mais importantes” (1988, p.53).

Assim sendo, a invenção de um sistema escravocrata, que começou a ser gestado em sociedades antigas (como Grécia e Roma), foi acionado por países europeus em um processo que usou da colonização para dominar os povos que ocupavam as Américas, a fim de desenvolverem-se economicamente. Em países que foram submetidos ao processo de

---

<sup>17</sup> Ver nota 12.

colonização, como é o caso do Brasil, o modo de produção adotado foi o escravista, que tinha como base o tráfico de pessoas vindas da África, que eram comercializadas como uma mercadoria para cumprir a função de força de trabalho nas colônias.

Podemos afirmar que a escravização foi a principal forma de produção e a principal força de trabalho no Brasil durante séculos. Foi o sistema escravista que sustentou a economia latifundiária no Brasil colônia, que se baseava na monocultura e na exportação de artigos para o mercado mundial. Devemos a esse processo o nosso desenvolvimento histórico, econômico e social, que se fez à custa de muitas vidas de populações indígenas, populações trazidas da África e de seus descendentes.

Não é possível realizar uma avaliação da formação sócio-histórica brasileira sem tratar desse processo. Moura (1983) defende que em nenhum país da América do Sul a escravização foi tão importante numericamente, e teve um período tão longo de duração quanto no Brasil, que foi o último país da América Latina a aboli-la.

Nos outros países onde essa escravidão foi relevante – por exemplo a Colômbia e o Peru – houve, sempre, uma determinada área na qual os negros escravos eram concentrados, e, por outro lado, não chegaram, nunca, a se igualar aos brancos numericamente. A mesma coisa aconteceu nos Estados Unidos. O sistema escravista não dominou tão ampla e profundamente as relações sociais naqueles países como no Brasil *que teve organizada, estruturada, queiram ou não, uma sociedade escravista de âmbito nacional funcionando durante quase quatrocentos anos, sem modificações ponderáveis na sua estrutura e no seu ritmo de dinamismo* (MOURA, 1983, p.15 grifos nossos).

Responsável por todo desenvolvimento que se deu após a invasão dos portugueses, o trabalho escravo se configurou como a principal fonte de dinamismo do Brasil por quase 400 anos. Nos séculos XVI e XVII na cana de açúcar, no século XVIII na mineração, no século XIX no café.

No período pós-abolição, o racismo assume uma importante função econômica por operar enquanto um mecanismo regulador dos salários no nascente capitalismo brasileiro. Isso ocorre pois o capital aciona a divisão racial do trabalho para organizar a força de trabalho no mercado de trabalho, e determinar os diferentes padrões salariais. É um fator de ordem natural que passa a operar, junto com o fator sexo/gênero, como “válvulas de escape no sentido de aliviar tensões sociais geradas pelo modo de produção capitalista” (SAFFIOTI, 1976, p.6).

A noção de raça como referência a diferentes categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade, e seu embrião remonta a meados do século XVI. Almeida (2018, p.18) alerta para o fato de que “raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico”.

A biologia e a física corroboraram no processo de legitimação da desigualdade racial, desempenhando um papel primordial na construção da ideia de raça. Encontraram, através do determinismo biológico e do determinismo geográfico (das características biológicas, e das condições climáticas e/ou ambientais), a base para explicar as diferenças entre as “raças”, alimentando a crença de que “a pele não branca e o clima tropical favoreceriam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência” (ALMEIDA, 2018, p. 20-21). Tanto a biologia, quanto a física, foram utilizadas como um elemento justificador das desigualdades criadas socialmente.

Cabe ressaltar que nesse mesmo século, a primeira grande crise do capitalismo que data de 1873, levou as grandes potências mundiais da época ao imperialismo, e conseqüentemente, ao neocolonialismo, resultando na invasão e divisão do território africano nos termos estabelecidos pela Conferência de Berlim de 1884. O discurso da inferioridade racial serviu então como sustentação ideológica para o neocolonialismo, fornecendo as bases de legitimação para a efetivação desse processo truculento, visto que, segundo seus formuladores, esses povos não conseguiriam ultrapassar a desorganização política e o subdesenvolvimento ao qual estavam fadados. É nesse sentido que podemos afirmar que “a raça é um elemento essencialmente político, sem qualquer sentido fora do âmbito socioantropológico” (ALMEIDA, 2018, p.22).

Por mais que atualmente a biologia através do sequenciamento do genoma, e a antropologia surgida no início do século XX, tenham sido capazes de comprovar que não há diferenças biológicas ou culturais que justifiquem o tratamento discriminatório conferido a certos grupos sociais, “a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários” (ALMEIDA, 2018, p.22).

Segundo Almeida o racismo pode ser definido como

[...] uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes e que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2018, p.25).

Essas desvantagens podem ser observadas de diversas formas, se expressam em dados quantitativos como os apresentados pelo “Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021” onde temos que os negros compõe 76,2% das vítimas de morte violentas intencionais no Brasil e 78,9% dos mortos em intervenções policiais. A desigualdade racial também pode ser observada nos presídios, onde a população negra representa 66,3% da população carcerária. Isso para citar apenas alguns exemplos. Nenhum deles pode ser visto como mera coincidência.

Almeida (2018), defende que o racismo é um elemento estrutural, pois impacta diretamente na organização econômica e política da sociedade. É importante dizer que a manutenção desse elemento não pode ser interpretada como um fruto única e exclusivamente do passado escravista do Brasil colônia, como muitas vezes querem nos fazer acreditar; deve sim, ser compreendido como um elemento que assumia novas funções e significados na estrutura social e econômica que se gestava, ou seja, no capitalismo.

Entendido enquanto um fenômeno profundo que constitui a base econômica e política da sociedade, o racismo se expressa no cotidiano, nas relações interpessoais e nas dinâmicas institucionais de formas variadas. Almeida (2018), identifica que o racismo se expressa de duas maneiras diferentes: como preconceito racial e como discriminação<sup>18</sup>. Independente da forma pela qual ele se expressa (seja na forma de preconceito, seja na forma de discriminação), o racismo não se configura como um fenômeno acidental, impensado e aleatório, justamente pela função econômica que adquire no nascente capitalismo brasileiro. Nas palavras de Almeida (2018, p.118, grifos nossos) “o racismo não é um mero reflexo de

---

<sup>18</sup> O preconceito racial está vinculado à ideia, é um juízo de valores baseado nos estereótipos de indivíduos que pertencem a um determinado grupo racializado, que pode ou não culminar em práticas discriminatórias. A discriminação racial, por sua vez, pode ocorrer de forma direta ou indireta, e está vinculada a ação; é o tratamento diferenciado que se dá a membros de um determinado grupo racializado, e tem como requisito fundamental o poder, a possibilidade concreta do uso da força (ALMEIDA, 2018).

estruturas arcaicas que poderiam ser superadas com a modernização, *pois a modernização é racista*".

Enquanto um mecanismo acionado para garantir a manutenção desta realidade econômica política e cultural, podemos afirmar que esse fenômeno se materializa na discriminação racial, porém de forma alguma podemos afirmar que o racismo se resume a um ato discriminatório ou mesmo a um conjunto de atos discriminatórios. Da mesma forma, podemos afirmar que o racismo se expressa como uma questão moral, mas de forma alguma se resume a esta.

Almeida (2018) identifica três concepções do racismo: a concepção individualista, a concepção institucional e a estrutural. Na concepção individualista prevalece a relação entre o racismo e a subjetividade, essa concepção não reconhece a existência do racismo enquanto um problema social, e sim enquanto um problema individual; admite a existência de indivíduos racistas, mas sem atribuir a responsabilidade para a sociedade como um todo, individualizando a questão. A concepção institucional foi um avanço nos estudos das relações raciais, pois além de mostrar que o racismo ultrapassa questões isoladas e individuais trouxe à tona a dimensão do poder enquanto constitutiva das relações raciais. Esta concepção está vinculada a relação estabelecida entre o racismo e o Estado, alargando a visão individualista o racismo é encarado como resultado do funcionamento das instituições que, hegemônicas por segmentos racistas, se valem de mecanismos institucionais para impor interesses políticos e econômicos. Porém,

As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: *as instituições são racistas porque a sociedade é racista* (ALMEIDA, 2018, p.36).

Logo essa concepção ainda não traz todos os elementos necessários para deslindarmos o racismo enquanto o fenômeno histórico e social complexo que é. A última concepção, e que coaduna com a perspectiva aqui abordada, é a concepção estrutural, que estabelece os elos entre o racismo e a economia. É importante salientar que ao afirmar que o racismo é um fenômeno estrutural não significa dizer que é uma estrutura fixa impossível de ser transformada, e nem retira a responsabilidade individual de quem comete atos racistas; o que se quer enfatizar do ponto de vista teórico é que,

Ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, *o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilidade jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdades raciais* (ALMEIDA, 2018, p.39 grifos nossos).

O racismo é compreendido, então, como um fenômeno histórico que ocasiona um processo de dominação e exploração segundo a raça, que se materializa via preconceito e discriminação, mas não se resume a estas expressões. Constitui a base econômica política e social do Brasil, pois se configura enquanto um processo histórico atrelado a um projeto político e econômico de poder, no caso, o capitalista.

Ainda de acordo com Almeida (2018) duas conclusões da análise do racismo do ponto de vista econômico-estrutural são apontadas, assinalando que este fenômeno impacta de forma material a vida dos indivíduos de forma objetiva e subjetiva. Um exemplo de como o racismo impacta de forma objetiva a vida dos sujeitos são as políticas econômicas que privilegiam um grupo racial em detrimento de outro, tendo como principal exemplo disso a tributação, pois,

Em países como o Brasil, em que a tributação é feita primordialmente sobre salários e consumo – que pesa principalmente sobre os mais pobres e os assalariados -, em detrimento da tributação sobre patrimônio e renda que incidiria sobre os mais ricos-, *a carga tributária torna-se um fator de empobrecimento da população negra, especialmente das mulheres negras, visto que estas são as que recebem os menores salários* (ALMEIDA, 2018, p.134, grifos nossos).

#### E de forma subjetiva

Como lembra Michael Reich, o racismo, de formas não propriamente econômicas, ajuda a legitimar a desigualdade, a alienação e a impotência necessárias para a estabilidade do sistema capitalista. *O racismo faz com que a pobreza seja ideologicamente incorporada quase que como uma condição biológica de negros e indígenas*, naturalizando a inserção no mercado de trabalho de grande parte das pessoas identificadas com estes grupos sociais com salários menores e condições de trabalho precárias (ALMEIDA, 2018, p.134-135 grifos nossos).

Reconhecemos que a política, a economia e a cultura, enquanto esferas da vida social, se encontram articuladas de forma dialética na realidade concreta. Uma não existe sem a outra, são faces de um mesmo processo. Por tanto, para suprir a necessidade de que sujeitos não se afetem diante da discriminação e da violência racial, é imprescindível um complexo sistema ideológico capaz de normalizar e naturalizar tais violências (ALMEIDA, 2018).

Corroborando com essa perspectiva, entendemos que a elaboração social do fator raça não pode ser compreendida como uma questão puramente ideológica, cultural e moral, sem

efeito na produção, mas, como foi defendido aqui, como um fenômeno que tem raízes no núcleo econômico do modo de produção capitalista, e que necessita, para sua sustentação, de uma contrapartida ideológica capaz de justificar a desigualdade racial permitindo a renovação das condições de produção e reprodução do modo de produção capitalista, onde estrutura e superestrutura se relacionam dialeticamente.

## 2.4 O CONCEITO DO NÓ PATRIARCADO-RACISMO-CAPITALISMO

O conceito do nó desenvolvido pela socióloga Heleieth Saffioti (2000) traz à tona justamente a imbricação entre o patriarcado, o racismo e o capitalismo. Esses três fenômenos sócio-históricos se configuram como sistemas de exploração e dominação forjados historicamente, que se imbricam no processo social. Como visto anteriormente, são sistemas distintos, que têm características diferentes, carregam suas especificidades, porém operam e se caracterizam como sistemas de dominação e exploração que em um dado momento histórico se fundiram. Nas palavras de Saffioti,

*Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração, acima analisados separadamente. Só mesmo para tentar tornar mais fácil a compreensão deste fenômeno, podem-se separar estes três sistemas. Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 1987, p.60 grifos nossos).*

O patriarcado, o racismo e o capitalismo são sistemas hegemônicos<sup>19</sup>, e como tal, utilizam-se da coerção e do consenso para se perpetuar. São três elementos que se formam para organizar o trabalho (como visto acima), dando origem a um complexo sistema que se estabelece a partir da fusão das relações de dominação e exploração que culminam, no Brasil, no que Saffioti (2000), denomina de patriarcado-racismo-capitalismo.

No Brasil, o capitalismo se origina e se desenvolve conjugando esses outros dois sistemas de exploração e dominação que já estavam estabelecidos socialmente, fazendo com que o processo de produção e apropriação de mais valia se materialize mediante o patriarcado e o racismo. O nó expõe justamente a necessidade de enxergarmos as relações de dominação e exploração de forma interconectada e não hierárquica, negando a primazia de uma opressão

---

<sup>19</sup> O conceito de hegemonia será aprofundado no capítulo 2 do presente trabalho.

em relação às demais de forma generalizada. A particularidade da formação econômico-social brasileira reside justamente nisso, no fato desta se caracterizar e se explicar pela imbricação desses três sistemas de dominação-exploração.

O que ganha relevo e destaque na pesquisa da autora é a necessidade de reconhecemos a tripla constituição das relações econômicas e sociais no Brasil que vão incidir na singularidade dos sujeitos, expondo seu caráter múltiplo e contraditório, mas não fragmentado. Afirmar essa tripla constituição implica assumir que o gênero comporta diferenças de raça/etnia e de classe social, assim como tanto as classes sociais quanto as categorias de raça/etnia comportam diferenças de gênero (SAFFIOTI, 1993). Sendo essas dimensões constituintes e estruturais, ambas merecem o mesmo estatuto teórico quando o objetivo é apreender a dinâmica das práticas sociais. A subordinação entre estes três antagonismos, independente da direção dessa sujeição, limita a apreensão “da riqueza de determinações que definem um concreto histórico, provocando o fracasso das estratégias cujo alvo seja a superação destas contradições” (SAFFIOTI, 1985, p.99).

As relações de gênero, raça e classe que se estabelecem produzem uma dinâmica própria do nó, que é resultado de uma “uma lógica contraditória, distinta das que regem cada contradição em separado” (Saffioti, 2015, p.133). A fusão das três contradições sociais básicas explicita como elas não ocorrem de forma paralela, mas entrelaçadas, “trata-se de um entrelaçamento que não apenas põe em relevo as contradições próprias de cada ordenamento das relações sociais, mas que as potencializa. Em outros termos, este nó apresenta uma lógica contraditória” (SAFFIOTI, 1988, p.61).

*Estas contradições, tomadas isoladamente, apresentam características distintas daquelas que se pode detectar no nó que formaram ao longo da história (Saffioti, 1997b). Este contém uma condensação, uma exacerbação, uma potenciação de contradições. Como tal, merece e exige tratamento específico, mesmo porque é no nó que atuam, de forma imbricada, cada uma das contradições mencionadas. (2015, p.78-79, grifos nossos).*

É nesse sentido que Saffioti vai defender que o nó não se trata apenas da soma de cada umas dessas contradições sociais em separado (patriarcado + racismo + capitalismo), mas sim de uma realidade nova que decorre desta simbiose (2015, p.115).

Ainda que não se possa hierarquizar essas três opressões estruturais de forma generalizada, a depender da circunstância histórica, muitas vezes uma dessas opressões ganha

centralidade, impactando de forma mais expressiva a realidade objetiva e subjetiva vivenciada pelos sujeitos. De acordo com a autora,

Trata-se, em outros termos, de três faces, de três identidades sociais do sujeito, *todas igualmente importantes para que ele atue na construção de uma sociedade sem desigualdades*, como as que separam pobres de ricos, mulheres de homens, negros de brancos. *As três identidades estão sempre presentes, embora não com o mesmo vigor. Dependendo da situação histórica vivenciada, uma delas pode apresentar mais relevo, e frequentemente o faz.* Há circunstâncias em que a identidade de gênero fala mais alto, mas há outras em que a de classe ou a de raça/etnia está neste caso. Conceber o sujeito como múltiplo permite a apreensão de, pelo menos, grande parte de sua riqueza (1997, p.76, grifos nossos).

Entendendo a tripla constituição das relações sociais que promovem impactos na singularidade dos sujeitos, Saffioti (2015) aponta para a heterogeneidade dos sujeitos, onde, a depender das condições históricas, uma dessas faces estará ressaltada, ao passo que as demais, ainda que presentes, estarão à sombra da primeira.

Cabe pontuar que a construção dessas identidades sociais se dá, sobretudo, no plano do inconsciente, podendo se manifestar de forma mais ou menos expressiva no nível consciente (SAFFIOTI, 1997). Uma vez que essa construção se dá no nível do inconsciente, as subjetividades são diretamente atravessadas por essas contradições estruturais. Por mais que o sujeito possa não estar plenamente ciente da influência desses determinantes, eles atuam nas suas vidas de forma objetiva e subjetiva. A objetividade e a subjetividade, assim como a produção e a reprodução, fazem parte de um mesmo processo que se articula dialeticamente, não podendo ser compreendidas isoladamente.

Com o conceito do nó, a socióloga indica como essas três identidades sociais simbiotizam-se, enovelam-se, na medida exata em que se constroem no contexto histórico do nó (1997). Ao longo de seu amadurecimento teórico a autora vai formular a concepção do “nó frouxo”:

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas ou enoveladas ou enlaçadas em um nó. *Não se trata da figura do nó górdio nem apertado, mas do nó frouxo, deixando mobilidade para cada uma de suas componentes* (SAFFIOTI, 1998). Não que cada uma destas contradições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória (SAFFIOTI, 1988). De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa as organizações dessas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova

realidade - *novelo patriarcado-racismo-capitalismo* (SAFFIOTI, 1987) historicamente constituída (2015, p.125, grifos do original).

A compreensão do nó frouxo traz um avanço na análise de Saffioti por apontar a mobilidade entre as relações de dominação-exploração fundantes da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, esse conceito de nó frouxo também alarga o espaço para que possam ser levadas em consideração outras contradições que interpenetram o nó. Por mais que não sejam estruturais, aspectos como nacionalidade, geração, religiosidade, capacitismo, orientação sexual, regionalidade, podem impactar de forma expressiva a experiência de vida de um sujeito. Contudo, em se tratando de Brasil, todos os marcadores sociais de diferença vão necessariamente passar pelas questões de gênero, raça/etnia e classe, uma vez que essas são desigualdades estruturais, que fundam a sociedade brasileira, tendo sido consolidadas historicamente dessa forma (MOTTA, 2018).

Outro aspecto que a concepção do nó nos ajuda também a superar é a concepção dualista que muitas vezes está impregnada na análise desses sistemas, ou seja, de que o patriarcado e o racismo se configuram como uma dominação política e cultural ao passo que o capitalismo se configura como uma dominação econômica.

O patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é, também, um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico (SAFFIOTI, 1987, p.50).

Da mesma forma, o racismo também não consiste apenas em um elemento ideológico e cultural, mas, em um fenômeno histórico que ocasiona um processo de dominação e exploração segundo a raça, que constitui a base econômica, política e social do Brasil, como visto anteriormente.

O nó nos possibilita então romper com essa visão dualista que atribui ao patriarcado e ao racismo uma dominação puramente política e cultural, e ao capitalismo uma dominação estritamente econômica. Na concepção que orienta o presente trabalho consideramos como um equívoco teórico e analítico separar as dimensões política, econômica e cultural da sociedade, que ao fim e ao cabo, remontam um mesmo processo que integram a totalidade social.

Faz-se necessário compreender que o campo econômico está diretamente atrelado à esfera ideológica e cultural, havendo uma relação dialética que se estabelece entre eles. As formações sociais, políticas, econômicas e culturais estão umbilicalmente interligadas, não podendo ser fragmentadas, se não para fins analíticos. Só é possível explorar de forma objetiva um segmento populacional se você garante que de forma subjetiva isso seja legitimado. Para que o patriarcado e o racismo (elementos históricos anteriores ao capital, mas que foram reorganizados e operam como sustentáculos desse modo de produção) se perpetuem, é imprescindível que haja um sistema de ideias que forneça uma explicação racional para a desigualdade racial e sexual; é necessário um complexo sistema ideológico capaz de fazer com que os sujeitos não se afetem diante da discriminação e da violência perpetradas contra as mulheres e a população negra, que precisam ser normalizadas e naturalizadas, para o sucesso do capitalismo.

Assim, como o patriarcado e o racismo não podem ser compreendidos única e exclusivamente através da dimensão ideológica e cultural, o capitalismo, apesar de ser um modo de produção (o que o diferencia dos outros dois elementos históricos abordados no nó), também não pode ser compreendido apenas como um sistema econômico, uma vez que ele depende de uma base de sustentação ideológica e cultural. Dito de outra forma:

O sistema de classes sociais não pode ser pensado simplesmente no plano econômico, pois se trata de uma realidade multifacética, onde também têm lugar os outros tipos de dominação: social, cultural e política, além da econômica. De outra parte, o patriarcado não se resume em um sistema de dominação política, porquanto no seu seio também fluem os outros tipos de dominação, inclusive a econômica (SAFFIOTI, 1985, p.100).

A compreensão da interconexão entre as dimensões social, política, econômica e cultural se configura como parte fundamental da concepção que orienta o presente trabalho, pois entendemos que o modo de produção e os sistemas de valores se constituem como faces de uma mesma moeda, sendo inconcebíveis um sem o outro (THOMPSON, 1979 apud MATTOS, 2012).

Tendo isso em vista, entraremos no próximo capítulo em uma análise mais aprofundada acerca da categoria cultura, no intuito de apresentar o duplo potencial que essa dimensão da vida social comporta: de por um lado, atuar enquanto um instrumento de legitimação da ordem burguesa patriarcal e racista na manutenção do atual sistema societário,

ou, de outro modo, atuar na direção da transformação social e política enquanto um instrumento contra hegemônico.

### 3 A IMPORTÂNCIA DA CATEGORIA CULTURA PARA A ANÁLISE DA REALIDADE SOCIAL BRASILEIRA

Por intermédio de autores como Antonio Gramsci (1999), Raymonds Williams (1983) e Edward Thompson (1998) a análise aqui exposta reconhece que o sujeito existe diante da relação com outros indivíduos e com a natureza, produzindo tanto sua existência material quanto imaterial. Assim sendo, podemos afirmar que a cultura expressa e ao mesmo tempo é expressão dessa relação entre os indivíduos e desses com a natureza, estando intrinsecamente relacionada com o modo de produção e existência humana que se estabelecem em um dado período histórico. É por esse motivo que “a relação social de produção dominante no modo de produção capitalista se coloca como determinante também para a cultura” (BORJA, 2020, p.1), e esta cultura, assim como as relações que se estabelecem no seio do capitalismo, é atravessada por contradições e pela luta de classes.

Nesse sentido, o presente capítulo tem como objetivo refletir, a partir do referencial teórico gramsciano, sobre a cultura e a importância dessa categoria teórica para a elaboração de propostas que tensionam o atual projeto societário capitalista, patriarcal e racista. O desafio reside em investigar as relações de hegemonia e contra-hegemonia presentes no seio da sociedade civil<sup>20</sup>, onde tais relações se conformam.

---

<sup>20</sup> A partir da formulação gramsciana de Estado Ampliado compreendemos que: “[...] Estado é = sociedade política + sociedade civil, isto é hegemonia couraçada de coerção” (CC, 3, 244). E ainda: “Por “Estado” deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho “privado” de hegemonia ou sociedade civil” (CC, 3, 254-255). (GRAMSCI, apud LIGUORI, 2003, p.180). Essa distinção entre sociedade política e sociedade civil em Gramsci é metodológica, e não orgânica, visto que, apesar de representarem momentos distintos, se encontram sempre em uma relação dialética que compõem, conjuntamente, o “Estado ampliado” (LIGUORI, 2003, p.183). A sociedade civil, nesse sentido é “gramscianamente entendida como *lugar de criação da hegemonia, de afirmação do senso comum, de formação das consciências, não contraposta à “sociedade política”, mas perfeitamente integrada com ela*” (LIGUORI, 2003, p.187 grifos nossos). Na sociedade de classes, “no âmbito da sociedade civil, a classe dominante, através do uso do poder por meios não violentos, contribui para reforçar o conformismo, apostando na desestruturação das lutas das classes subalternas, reduzindo-as a interesses meramente econômico-corporativos” (SIMIONATTO, 2009, p.43). Contudo, importa destacar, como Fontes sinaliza, que “Gramsci, como um estrategista que procura esclarecer a forma concreta das lutas sociais, não apresenta a sociedade civil (e seus aparelhos privados de hegemonia) nem como espaço por excelência do convencimento e da autonomia (angelical) nem como local de uma concertação maquiavélica pela dominação (o que lhe conferiria um aspecto demoníaco). *Ela é um dos ambientes* – e quiçá o mais importante, por ser o lócus do Moderno Príncipe, o partido – *do embate de classes, em especial através da formação cultural e ideológica e da organização das vontades sociais dispersas*” (2018, p.224, grifos nossos). Nisso reside o principal erro de análise acerca dessa categoria quando abordada em uma perspectiva gramsciana, qual seja: “pensá-la como articulação de instituições indiferenciadas. Instituições onde não se coloca a questão da divisão classista” (DIAS, 1996a, p.114).

No intuito de problematizar e historicizar a categoria cultura e realizar uma análise teórica sobre o duplo potencial que essa dimensão da vida social carrega (o de atuar na legitimação da hegemonia vigente ou na construção de contra-hegemonias), o capítulo se encontra organizado em dois blocos. Em um primeiro momento faremos uma abordagem sobre o que estamos chamando de cultura, trazendo um resgate histórico sobre o surgimento dessa categoria e apresentando o referencial teórico que embasa a apreensão dessa dimensão da vida social no presente trabalho.

Na segunda parte daremos especial atenção ao duplo potencial que a cultura apresenta, ressaltando seu papel para legitimação do *status quo*, e, principalmente, seu potencial crítico e questionador, que aponta na direção de transformações sociais e políticas, enquanto um instrumento de resistência à hegemonia patriarcal, racista e capitalista que impera no Brasil de hoje.

### 3.1 AFINAL DE CONTAS, O QUE ESTAMOS CHAMANDO DE CULTURA?

Para entendermos o que estamos chamando de cultura, se faz necessário um breve resgate histórico sobre essa categoria teórica.

A palavra cultura, derivada do latim *colere*, carregava em sua origem o significado de “habitar, cultivar, proteger, honrar com veneração” (WILLIAMS, 1983, p.117). Em princípio seu “sentido primordial referia-se, então, à lavoura, isto é, ao cuidado com o crescimento natural” (idem, ibidem). Contudo, esse termo se complexifica ao passar por diversas transformações semiológicas ao longo dos séculos, carregando não só sua concepção inicial enquanto verbo, mas também passando a adquirir, a partir de meados do século XIX, uma concepção enquanto substantivo independente e autônomo, como “processo abstrato ou produto de tal processo” (WILLIAMS, 1983, p.118). Como veremos, a mudança semiológica do termo foi bastante radical passando dos cuidados com a terra, com a lida, para noções formuladas a partir de experiências de apenas uma classe, a classe hegemônica.

Nesse lastro, podemos afirmar que a palavra “cultura” é anterior ao estudo da cultura como categoria teórica, que teve início apenas no século XVIII e se consolidou no período pós Revolução Industrial. Foi o contexto da Europa do século XVI, que fomentou as

transformações do sentido da palavra em questão. Em meio ao complexo cenário de disputa de poder instaurado com a crise do sistema feudal, quando estavam em curso as reformas protestantes e o movimento renascentista, que a palavra cultura passou por um processo de metaforização, e seu significado passou a englobar, também, o cultivo das mentes humanas. “A partir do princípio do S16, o cuidado com o crescimento natural ampliou-se para incluir o processo de desenvolvimento humano, e esse, ao lado do significado original relativo a lavoura, foi o sentido principal até o final do S18 e início do S19” (WILLIAMS, 1983, p.118).

No século XVIII a palavra “cultura” esboça seu caráter de classe quando passa a ser sinônimo de pessoas de “bom nascimento”. Na Alemanha ainda do século XVIII o termo adquire o significado de “civilização”, expressando aí todo o eurocentrismo contido nessa concepção que entende “civilidade” enquanto “processo secular de desenvolvimento humano” (WILLIAMS, 1983, p.119), no qual a Europa seria a única detentora de tal civilidade.

O primeiro a questionar esse significado, fazendo uma crítica à dominação europeia foi o filósofo e escritor alemão Herder, que, fazendo um ataque ao “pressuposto das histórias universais de que ‘civilização’ e ‘cultura’ - o autodesenvolvimento histórico da humanidade - fosse o que hoje chamaríamos de processo unilinear e conduziria ao ponto alto e dominante da cultura europeia do S18”, desenvolveu uma argumentação defendendo ser necessário falar em “culturas” no plural: “culturas específicas e variáveis de diferentes nações e períodos, mas também culturas específicas e variáveis dos grupos sociais e econômicos no interior de uma nação” (WILLIAMS, 1983, p.120), sentido esse que ganhou ampla repercussão no movimento romântico, como forma de se contrapor ao uso ortodoxo e dominante como “civilização”.

Combatendo a ideia de cultura enquanto um processo de evolução social, e negando também o “culturalismo”<sup>21</sup>, a perspectiva que orienta a abordagem feita da categoria cultura no presente trabalho leva em conta a totalidade, entendendo a cultura enquanto uma das esferas da vida social. Ancoradas em Gramsci<sup>22</sup>, compreendemos cultura como “uma

---

<sup>21</sup> Ver nota cinco.

<sup>22</sup> Nascido em Ales, província de Oristano, localizada na Sardenha, Antonio Gramsci (1891-1937) é o pensador italiano mais lido e traduzido em todo o mundo na atualidade, e também um dos intelectuais estrangeiros mais influentes no pensamento social brasileiro (COUTINHO, 2011). Foi um militante revolucionário que rompeu com as ideias reformistas socialistas, tendo se alinhado à parte do XVII Congresso do Partido Socialista Italiano que tinha interesse em construir o Partido Comunista da Itália (PCI), seção italiana da Internacional Comunista. Em 1926, aos 35 anos e estando secretário geral do PCI, Gramsci foi condenado há 20 anos, 4 meses e 5 dias de

coerente, unitária e nacionalmente difundida concepção da vida e do homem, uma religião laica, uma filosofia que tenha se transformado precisamente em cultura, isto é, que tenha gerado uma ética, *um modo de viver*, uma conduta civil e individual” (GRAMSCI, 1977, p. 2185 apud VIEIRA, 1999, p. 10 grifos nossos).

Tomando como base o método materialista histórico dialético partimos do princípio que o trabalho é sempre - independente da formação social em análise - uma prática social determinante que se coloca como elemento central da vida humana. A conformação de um modo de produção da vida material surge assim de uma perspectiva ampla sobre a relação entre ser humano e natureza, se colocando como um modo de estar no mundo, um modo de ser, um modo de vida. O vínculo que se estabelece entre modo de produção e modo de vida (cultura), pode ser observado já em Marx e Engels, quando estes afirmam:

Esse modo de produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isto sim, de uma forma determinada da atividade desses indivíduos, de uma forma determinada de exteriorizarem a sua vida, de um determinado *modo de vida* dos mesmos (MARX e ENGELS, [1845-46] 2009, p.24- 25, grifos no original, apud BORJA, 2020, p.88).

Apreendida aqui como uma dimensão do processo social, da vida e da sociedade, a cultura diz respeito a todos os aspectos da vida social, e, por isso, é incoerente afirmar que ela exista em alguns contextos e em outros não (SANTOS, 1987). É importante realçar também que cultura é sempre, e necessariamente, uma construção histórica, não se configurando como algo “natural”, uma vez que não é fruto de uma simples decorrência de leis físicas ou biológicas, e sim um produto coletivo da vida humana. Entendemos a cultura como o modo de vida global de um determinado povo ou grupo social, que se constitui enquanto um processo ativo e não estático, como um corpo dinâmico que está em um ininterrupto processo de construção.

---

reclusão. No período do cárcere produziu a maior parte da sua obra, “redigiu trinta e três cadernos escolares que ocuparam cerca de 2.500 páginas impressas. Quatro deles foram utilizados para as traduções que fez do alemão e do inglês de obras dos autores Marx, Goethe e os irmãos Grimm, além de artigos de revistas. Seu trabalho de tradução se desenvolveu de 1929 a 1932. Após esse trabalho, ele se dedicou exclusivamente aos vinte e nove cadernos, tratando de suas reflexões históricas e teóricas, que se tornaram conhecidas como os *Cadernos do Cárcere*” (MARTINS e NEVES, 2021, p.54), onde a palavra cultura aparece cerca de oitocentas vezes. Importante destacar que nos escritos pré-cárcere, denominados de *Escritos Políticos*, Gramsci já apontava “a necessidade de a revolução cultural integrar o processo global das transformações revolucionárias” (MARTINS e NEVES, 2021, p. 55). Para maior aprofundamento sobre a inserção do pensamento gramsciano no Brasil ler “A presença de Gramsci no Brasil” (COUTINHO, 2009).

Ribeiro (2020) sublinha que o conceito gramsciano de cultura só pode ser compreendido quando relacionado a um complexo categorial que perpassa categorias como: ideologia, hegemonia, base, superestrutura e intelectuais (as quais abordaremos mesmo que superficialmente ao longo do presente capítulo), sendo, portanto, esses conceitos indissociáveis e complementares.

É importante salientar que na obra de Gramsci, sobretudo nos famosos Cadernos do Cárcere, a concepção de cultura também se encontra intimamente relacionada à concepção de língua e de linguagem, pois para o marxista sardo toda linguagem carrega consigo os elementos de uma concepção de mundo e de uma cultura, assumindo então “centralidade entre as estratégias ideológicas e materiais, entre pensamento e a ação, voltadas para a organização da práxis política, *como importante força social formativa*” (RIBEIRO, 2020, p.141, grifos nossos).

Nesse sentido a *filosofia da práxis* demarca o caráter revolucionário da linguagem gramsciana, uma vez que

[...] é uma reforma e um desenvolvimento do hegelianismo, é uma filosofia liberada (ou que busca liberar-se) de qualquer elemento ideológico unilateral e fanático, *é a consciência plena das contradições*, na qual o próprio filósofo, entendido individualmente ou como grupo social global, não só compreende as contradições, mas coloca a si mesmo como elemento de contradição, *eleva este elemento a princípio de conhecimento e, conseqüentemente, de ação* (COUTINHO, 2011, p.166, grifos nossos).

Tendo como base a ação concreta do homem, que, por suas próprias necessidades históricas, opera e transforma a realidade, a filosofia da práxis é uma verdadeira revisão e interpretação do materialismo histórico que

[...] pretendia antes de tudo desincrustar o marxismo das vulgarizações positivistas e materialistas: “Para a filosofia da práxis, a ‘matéria’ não deve ser entendida nem no significado que resulta das ciências naturais [...] nem nos significados que resultam das diversas metafísicas materialistas [...]. *A matéria, portanto, não deve ser considerada como tal, mas como social e historicamente organizada pela produção e, desta forma, a ciência natural deve ser considerada essencialmente como uma categoria histórica, uma relação humana*” (Q 11, 30, 1.442 [CC, 1, 160]) (DAINOTTO, 2017, p.301, grifos nossos).

É por compreender a materialidade como fruto das relações humanas que se coloca a possibilidade de construção de contra-hegemonias, dado que “mais que uma ciência, [a filosofia da práxis é] uma coincidência de “ciência-ação” (Q 7, 33, 882 [CC, 1, 242]),

teorização de uma relação humana que, no teorizar, exprime e organiza uma vontade de transformação, torna-se práxis ela mesma” (DAINOTTO, 2017, p.301).

Ancorados em Gramsci, Edward Thompson<sup>23</sup> e Raymond Williams<sup>24</sup> lançam uma nova perspectiva sobre o materialismo histórico, denominado materialismo cultural, contribuindo para o entendimento dos movimentos de conservação e transformação das relações sociais contemporâneas nos interstícios do capitalismo. Esses autores se destacam como importantes interlocutores para o debate da categoria cultura no campo do marxismo ao longo de todo o capítulo, pois se debruçaram sobre temáticas como cultura, consciência de classe, ideologia, identidade entre outras, de forma comprometida “com o projeto da razão moderna que alia valores como a totalidade, o humanismo e o historicismo para a compreensão das formações sociais, sem perder de vista sua relação dialética com os processos econômicos” (MARTINS e NEVES, 2021, p.10).

Tanto Gramsci, quanto Thompson e Williams foram pensadores europeus do século XX que estiveram, ao longo de suas trajetórias, vinculados à tradição marxista denominada *marxismo humanista*, que objetivava “romper com a tradição do materialismo histórico, denominada por eles, respectivamente, de materialismo economicista, marxismo idealista e materialismo mecânico”. Questionaram de forma contundente a interpretação economicista do marxismo, “na qual a visão separada e abstrata da estrutura e da superestrutura coloca em xeque o princípio da totalidade histórica como fundamento do marxismo” (MARTINS e NEVES, 2021, p.49).

---

<sup>23</sup> Edward Palmer Thompson (1924-1993) foi um historiador, militante, educador e poeta que deixou um importante legado que nos permite pensar a contemporaneidade e o marxismo no século XXI (MARTINS e NEVES, 2021). Para maior aprofundamento sobre a trajetória política de Thompson ver: “Cultura e transformação social: Gramsci, Thompson e Williams” (2021, p. 57-67).

<sup>24</sup> Raymond Henry Williams (1921-1988) foi um escritor e pensador socialista que “[...] nasceu no País de Gales, Reino Unido, no ano de 1921. Neto de agricultores e filho de um trabalhador ferroviário, Williams cresceu num ambiente no qual os ferroviários votavam no Partido Trabalhista Britânico e os pequenos fazendeiros votavam majoritariamente no Partido Liberal (TAVARES, 2008). Influenciado pelo pai socialista, teve suas primeiras aproximações aos escritos de Marx e Engels aos 14 anos, quando pensava apenas em ser um escritor e não tinha interesse em frequentar a universidade. No entanto, por bom desempenho no colégio, Williams ganha uma bolsa e, aos dezoito anos, vai para Cambridge fazer o curso de Letras em Inglês. Além dos estudos, se dedicou à militância estudantil, sendo membro do Partido Comunista e do Clube Universitário Socialista de Cambridge (CEVASCO, 2012). Com o seu ingresso no PCGB, se aproxima de um grupo de historiadores, dentre eles, Christopher Hill, Victor Kiernan, John Saville, Rodney Hilton, E.P.Thompson e Eric Hobsbawm, com o qual dividia a responsabilidade de escrever panfletos e artigos para o Partido Comunista” (RIBEIRO, 2020, p.75). Para maior aprofundamento ver “Cultura e transformação social: Gramsci, Thompson e Williams” (2021, p.67-79).

A diferença substancial entre essas duas principais tendências dentro do marxismo, a tradição materialista histórica clássica e a tradição materialista histórica humanista, reside no fato de que, enquanto a primeira busca explicar a natureza da relação entre as práticas culturais e as formas de vida tomando a cultura como “uma atividade social secundária cujo desenvolvimento seria explicado apenas por meio do desenrolar de outras práticas sociais, em especial das práticas econômicas e políticas”, a segunda passou a considerar a cultura “como uma atividade primária, constitutiva do ser social” (MARTINS e NEVES, 2021, p.169).

A preocupação em trazer para o debate marxista a dimensão da cultura fez com que Thompson e Williams dessem origem ao movimento político que ficou conhecido como Nova Esquerda<sup>25</sup>. Esse movimento foi responsável por engendrar uma forte crítica contra o economicismo sem mediação das correntes mais conservadoras do marxismo, crítica esta que incidia precisamente sobre o que os autores chamaram de materialismo economicista, marxismo idealista e materialismo mecânico, como pontuado acima, e tinha como principal objetivo “analisar o pensamento teórico marxista, tentando rever a questão do economicismo, de forma a incluir uma clara preocupação com a questão da cultura” (RIBEIRO, 2020, p.76).

E.P. Thompson e Raymond Williams desempenharam um papel fundamental no processo de formação dos estudos culturais<sup>26</sup>, apontando a limitação do marxismo ocidental da época na abordagem dessa temática. Para eles,

Parte importante dessa iniciativa era pensar que uma nova sociedade só podia ser criada de baixo para cima, e a educação era a ocasião de troca entre intelectuais e trabalhadores, cada um educando o outro, na medida em que os professores tinham de se esforçar para explicar suas disciplinas em termos que fossem entendidos por pessoas comuns e pudessem ser utilizados em movimentos reais (CEVASCO, 2016, p.62).

A posição teórica dos estudos culturais se estrutura através da articulação entre arte e sociedade, “não como aspectos que devem ser relacionados, mas como processos que têm diferentes maneiras de se materializar, na sociedade e na arte” (CEVASCO, 2016, p.64). Concordamos com Ribeiro quando a autora salienta que “a questão do método ganha centralidade nos estudos culturais, uma vez que *é somente na dimensão da totalidade que*

---

<sup>25</sup> Ver nota quatro.

<sup>26</sup> Os Estudos Culturais se configuram como uma área de pesquisa que tem sua primeira localização institucional em uma organização de esquerda de ensino democrático, a Workers Educational Association ou WEA. Grandes autores que deram início a essa área de estudos, tais como Hoggart, Thompson e Williams foram professores da WEA (CEVASCO, 2016).

*podemos apreender a cultura*, levando-se em consideração os diferentes processos e suas particularidades” (2020, p.54, grifos nossos).

Essa área de conhecimento tem como base o que foi denominado por Williams de materialismo cultural que “se insurge contra algumas acepções materialistas históricas que levam à interpretação das práticas culturais como secundárias, subordinadas e reflexas” (MARTINS e NEVES, 2021, p.174), e se fundamenta no princípio da totalidade, que desemboca na defesa do autor sobre a tese da “inseparabilidade das estruturas” que seria mesmo a relação intrincada entre “política, arte, economia e organização familiar como [...] elementos indissociáveis de um processo sociomaterial contínuo” (WILLIAMS, 2013, p.132 apud MARTINS e NEVES, 2021, p.169).

Em seus estudos, Williams identifica uma dupla perspectiva referente à cultura: a primeira como modo de vida e seus aspectos “comuns” e a segunda como esfera criativa, voltada às artes e ao aprendizado. Para o autor é de suma importância a conjunção de ambos os sentidos da apreensão da categoria cultura, por mais que este perceba que alguns autores empregam a palavra muitas vezes em apenas um destes sentidos. Nas suas palavras:

[Há uma] certa convergência prática entre (i) os sentidos antropológico e sociológico da cultura como “modo de vida global” distinto, dentro do qual percebe-se, um “sistema de significações” bem definido não só como essencial, mas como essencialmente envolvido em *todas* as formas de atividade social, e (ii) o sentido mais especializado, ainda que também mais comum, de cultura como “atividades artísticas e intelectuais”, embora estas, devido à ênfase em um sistema de significações geral, sejam agora definidas de maneira muito mais ampla, de modo a incluir não apenas as artes e as formas de produção intelectual tradicionais, mas também todas as “práticas significativas” – desde a linguagem, passando pelas artes e filosofia, até o jornalismo, moda e publicidade – que agora constituem esse campo complexo e necessariamente extenso (WILLIAMS, 2000, p.13).

Conforme afirmado por Williams, a definição mais difundida nos dias de hoje assimila a cultura enquanto práticas e obras de atividades intelectuais, “esse parece ser hoje o sentido mais difundido: *cultura* é música, literatura, pintura, escultura, teatro, cinema. Um *ministério da cultura* refere-se a essas atividades específicas, algumas vezes com o acréscimo da filosofia, do saber acadêmico, da história” (WILLIAMS, 1983, p.121).

Porém, a apreensão da cultura enquanto “modo de vida global” – enquanto expressão do modo de vida – nos permite inferir que todos os indivíduos participam da cultura; “o materialismo cultural afirma a cultura como ordinária, comum a todos, inerente ao nosso

modo de vida, um processo que acontece em vários níveis, do qual todos participam” (CEVASCO, 2001, p.47 apud MARTINS e NEVES, 2013, p.351). É a partir dessa compreensão que há a possibilidade de romper com o caráter elitista que impregna a categoria cultura desde o século XVIII, pois se entende que o seu fazer não é exclusivo de uma parcela da sociedade, e sim comum a todos os sujeitos históricos e sociais.

O materialismo cultural se configura então, como uma esfera teórica, contida no materialismo histórico, que assimila que as manifestações culturais, sociais, políticas e econômicas compõem um bloco que se inter-relaciona. Através dessa perspectiva compreendemos que os projetos artísticos intelectuais são constituídos pelos processos sociais, mas também os constituem na medida em que lhes conformam. De modo que a cultura não pode ser analisada como uma dimensão apartada das demais, e sim, a partir de uma relação dialética que se estabelece entre todas as dimensões da vida social.

Nessa mesma linha de raciocínio, Thompson defende que:

Certos sistemas de valores são consoantes com certos modos de produção e certos modos de produção e relações de produção são inconcebíveis sem sistemas de valores consoantes. Um não depende do outro. Não existe uma ideologia moral pertencente a uma superestrutura, o que existe são duas coisas que constituem as faces da mesma moeda (THOMPSON, 1979, p.315 apud MATTOS, 2012, p.86).

Com isso o historiador enfatiza que cultura e economia fazem parte de uma mesma rede de relações e expõe a intrínseca dialética existente entre o modo de produção e o modo de vida (a cultura) de uma determinada sociedade, se afastando das concepções que enxergam “base” e “superestrutura” como entidades estanques, na qual a superestrutura seria apenas o reflexo de uma base determinada. O historiador ratifica:

Não estou pondo em dúvida a centralidade do modo de produção [...]. Estou colocando em questão – e os marxistas, se quiserem abrir um diálogo honesto com os antropólogos, devem colocar em questão – a ideia de ser possível descrever um modo de produção em termos “econômicos” pondo de lado, como secundárias (menos “reais”), as normas, a cultura, os decisivos conceitos sobre os quais se organiza um modo de produção (THOMPSON, 2012, p. 254 apud BORJA, 2020, p.89).

Esse pensamento, aprofundado por Thompson e Williams, encontra ancoragem em Marx e Engels, o que pode ser observado na seguinte passagem,

[...] de acordo com a concepção materialista da história, o fator que em última instância determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu jamais afirmamos mais que isto. *Se alguém o tergiversa, fazendo do fator econômico o único determinante, converte essa tese numa frase vazia, abstrata,*

*absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos fatores da superestrutura que se erguem sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as Constituições que, depois de ganha uma batalha, a classe triunfante redige etc., as formas jurídicas e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais na cabeça dos participantes, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as ideias religiosas e o seu desenvolvimento ulterior até a sua conversão num sistema de dogmas - exercem também sua influências sobre o curso das lutas históricas e determinam, em muitos casos, predominantemente a sua forma (MARX e ENGELS, 1963, p.284 grifos nossos).*

A questão da base e da superestrutura merece atenção cuidadosa. Para tratar sobre essa temática, Williams (2005, p.212), desenvolve um artigo intitulado “Base e superestrutura na teoria cultural marxista” no qual afirma que “no trânsito de Marx ao marxismo, e na evolução do *mainstream* marxista, o problema da base determinante e da estrutura determinada tem sido geralmente considerado a “chave” dos estudos culturais marxistas”, e enfatiza a necessidade de compreendermos a complexidade linguística e teórica que envolve o termo de relação utilizado em questão, a palavra “determinação”, para desvendarmos esse problema. Segundo Williams,

[...] existem, no uso corrente – e isto também se dá na maioria das principais línguas européias –, sentidos e implicações muito diferentes para o termo “determinação”. Há, de um lado – o da herança teológica –, a noção de uma causa externa que prefigura e prevê tudo, e de fato controla toda atividade futura. Mas há também, da experiência da prática social, *uma noção de determinação como algo que estabelece limites e exerce pressões* (idem, ibidem, grifos nossos).

Marx é um dos pensadores que rejeita as ideologias que enfatizam o poder de forças exteriores ao homem, e atribui a origem da determinação às próprias atividades humanas. Porém, por mais que exista uma diferença significativa entre os dois sentidos que a palavra “determinação” pode adquirir, e que a segunda noção apresentada esteja mais alinhada ao pensamento teórico de Marx, Williams (2005, p.212) afirma que ao observar como a palavra “determinação” é aplicada em diversas análises culturais marxistas, temos que “é no segundo sentido, na noção de prefiguração, previsão ou controle, que tal ideia tem sido explícita ou implicitamente utilizada”.

Tendo feito essa observação sobre o termo de relação, partimos agora para uma análise sucinta dos dois termos relacionados, quais sejam: base e superestrutura. No caso da superestrutura, Williams (2005, p.213) pontua que “a noção mais simples de superestrutura, que ainda está em uso, é a do reflexo, da imitação ou reprodução, de modo mais ou menos direto, da realidade da base na superestrutura”. Contudo, a partir de um processo de reavaliação sobre a relação entre base e superestrutura surge a noção moderna de “mediação”,

na qual “algo mais do que simples reflexo ou reprodução – de fato algo radicalmente diferente tanto de reflexo quanto de reprodução – ocorre de forma ativa”. Desenvolve-se também, nas últimas décadas do século XX, graças às revisões sobre o que se entende por base e superestrutura, a noção de “estruturas homólogas”,

[...] nas quais pode não haver semelhanças diretas ou facilmente perceptíveis, e certamente nada que possa ser descrito como reflexo ou reprodução, entre o processo superestrutural e a realidade da base, mas nas quais há uma homologia essencial de estruturas, que pode ser descoberta por meio de análise. Essa não é a mesma noção do termo “mediação”, mas é o mesmo tipo de reparo na medida em que *a relação entre a base e a superestrutura não é considerada direta, nem submetida, de maneira simples e funcional, a defasagens, dificuldades e interferências, pois por sua própria natureza essa relação não inclui a reprodução direta* (WILLIAMS, 2005, p.213, grifos nossos).

Williams reconhece a importância dessas reformulações no que diz respeito à superestrutura, mas destaca que para compreendermos de fato as realidades que atravessam e compõem o processo cultural é crucial revermos também o conceito da “base”. Tida muitas vezes como um objeto, ou vista como se fosse algo uniforme e estático, a base é, efetivamente

[...] a existência social real do homem. A “base” são as relações de produção reais que correspondem a fases do desenvolvimento das forças produtivas materiais. “A base” é um modo de produção num estágio particular de seu desenvolvimento. (...) [E] se um estágio particular de desenvolvimento da produção pode ser descoberto e especificado pela análise, ele nunca é, na prática, uniforme ou estático (idem, ibidem).

E prossegue afirmando que “esta é, de fato, uma das proposições centrais do sentido da História para Marx: a de que existem contradições profundas nas relações de produção e nas conseqüentes relações sociais” (idem, ibidem). Há, portanto, a incessante possibilidade de tais forças sofrerem alterações, o que reafirma sua dinamicidade em contraposição à ideia da base “estática”, isso porque, como bem demarca Williams, a base diz respeito a um *processo* e não a um estado, impedindo que atribuamos a ela propriedades fixas. Em resumo, pensar no problema que se coloca ao refletirmos sobre o par categorial “base e superestrutura”, envolve encarar a necessidade de que,

[...] nós temos que reavaliar “determinação” como o estabelecimento de limites e o exercício de pressões, e não como a fixação de um conteúdo previsto, prefigurado e controlado. Nós temos que reavaliar “superestrutura” em relação a um determinado escopo de práticas culturais relacionadas, e não como um conteúdo refletido, reproduzido ou especificamente dependente. E, principalmente, nós temos de reavaliar “base” não como uma abstração econômica ou tecnológica fixa, mas como as atividades específicas de homens em relações sociais e econômicas reais, que contêm contradições e variações fundamentais, e por isso estão sempre em estado de processo dinâmico (WILLIAMS, 2005, p.214).

Essa breve digressão acerca da problemática que circunscreve base e superestrutura auxilia na compreensão da categoria cultura, uma vez que coadunamos com Williams, para quem “o erro da proposição que sustenta a existência de uma infraestrutura determinante e uma superestrutura determinada consiste na descrição desses elementos como sequenciais, quando, na prática, são indissociáveis e concomitantes” (MARTINS e NEVES, 2021, p.174), assim como defendemos ser a relação entre política, economia e cultura, uma relação dialética, e não seqüencial, conformando o que Gramsci vai denominar de *bloco histórico*. E, também, porque a revisão dialética do nexos estrutura-superestrutura auxilia na compreensão acerca da importância e da “eficácia histórica” das “esferas ideológicas” (LIGUORI, 2017).

Importante salientar que quando Gramsci fala em ideologia ele se coloca mais uma vez alinhado à Marx, explicitando que, por mais que a ideologia não seja a mola da história (que ambos identificam na esfera econômico-social), “as ‘ideologias’ não são em nada ilusões e aparências; são uma realidade objetiva e operante”, e, nesse sentido, “a ideologia não é em si negativa” (LIGUORI, 2017, p.399, grifos nossos). Ou seja, a ideologia em Gramsci não é tomada como falsa consciência, visão reducionista que inclusive fora superada pelo próprio Marx, quando no *O 18 de brumário* ele apresenta “o papel das ideologias como armas de classe, como constituidoras do real” (DIAS, 2006, p.79).

Liguori (2017, p.399) afirma, com base em Gramsci e Marx que

[...] nem todas as ideologias são iguais. Elas constituem o terreno comum e necessário da consciência e também do conhecimento, mas a superioridade da ideologia marxista é dada pela consciência do próprio caráter não absoluto e não eterno: consciência de *parcialidade*, ligada a uma classe e a um momento histórico. O marxismo é uma ideologia entre outras, mas diferentemente das outras, não nega as contradições, ao contrário, manifesta-as e analisa-as. Tem em comum com as outras ideologias o fato de ter uma determinada *utilidade* para um grupo social, mas não se disfarça como algo acima de ou além da história.

A importância das ideologias de acordo com Gramsci (1978, p.62-63) reside no fato de que “[...] elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc”, e para endossar precisamente o caráter organizativo que a ideologia cumpre nas sociedades modernas, Gramsci retoma inúmeras vezes a afirmação de Marx, quando este compara a persuasão popular com a força material, sinalizando que frequentemente ambas teriam a mesma energia. Como nos esclarece Gramsci, “a ideologia “dá o cimento mais íntimo à sociedade civil e

portanto ao Estado”. A classe dominante tem sua própria “estrutura ideológica”, isto é, “a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica ou ideológica [...]” (LIGUORI, 2017, p.400).

Dessa forma, os detentores dos meios de produção, propriedade e poder dispõe também dos meios materiais que permitem que a classe dominante se imponha como dominante também na esfera imaterial, determinando as condições materiais e imateriais da produção e da circulação de ideias. Essa ideia já estava contida nas análises de Marx (2001, p.48), que observa:

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder *material* dominante numa determinada sociedade é também o poder *espiritual* dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está também submetido à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob a forma de idéias - e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência, e conseqüentemente pensam; na medida em que dominam como classe e determinam uma época histórica em toda sua extensão, é evidente que esses indivíduos dominam em todos os sentidos e têm uma posição dominante, entre outras coisas, também como seres pensantes, como produtores de ideias, que regulamentam a produção e a distribuição dos pensamentos de sua época; suas ideias são, portanto, as ideias dominantes de sua época.

Deste modo, as classes dominantes no capitalismo caracterizam-se pela unidade mantida pelo controle do poder político e da propriedade material e imaterial dos meios de produção da riqueza socialmente gerada.

Importa notar, que de acordo com o marxista sardo, a luta de ideologias é a luta pela hegemonia: “não se trata de uma pura “batalha das ideias”, estas ideias têm uma “estrutura material” (Q 3, 49, 333 [CC, 2, 78]), articulam-se em “aparelhos”.” (LIGUORI, 2017, p.400), o que nos leva a uma das categorias centrais que integra o complexo categorial sem o qual é impossível uma apropriada compreensão de cultura a partir de Gramsci, a hegemonia.

A concepção de hegemonia ressalta os avanços do marxismo gramsciano, pois

[...] hegemonia supõe a existência de algo verdadeiramente total, que não é meramente secundário ou superestrutural, como na acepção fraca de ideologia, mas que é vivido numa tal profundidade e satura a sociedade de tal maneira que, como Gramsci coloca, constitui a substância e o limite do senso comum para muitas pessoas sob sua influência e corresponde à realidade da experiência social muito

mais claramente do que quaisquer noções derivadas da fórmula de base e superestrutura (WILLIAMS, 2005, p.216).

Ao longo de sua trajetória Gramsci oscila entre um sentido mais restrito e um mais amplo sobre “hegemonia”. O primeiro diria respeito à “direção” em oposição a “domínio”, enquanto o segundo compreenderia os dois (direção e domínio). Em seu sentido amplo, Gramsci sinaliza que uma classe é dominante de dois modos, isto é, é “dirigente” das classes aliadas e “dominante” das classes adversárias (COSPITO, 2017, p.366). Segundo ele, também,

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública (GRAMSCI, 2002, p.95).

A hegemonia pressupõe articulações que consolidem o consenso e a aceitação das massas, materializadas por meio dos aparelhos e ferramentas ideológicas e culturais, pois, por mais que o estado assuma seu caráter repressivo a fim de controlar a classe trabalhadora, esse aparato não é suficiente, sendo necessário que se estabeleça o controle das ideias das massas através da disseminação de uma determinada ideologia.

*Na história da luta de classes, a hegemonia de uma classe depende, essencialmente, do modo como seu domínio sobre a produção material e sobre o conjunto das forças produtivas e destrutivas se desenvolve como domínio sobre a produção e a circulação de ideias, sobre a formação da consciência socialmente determinada e, conseqüentemente, sobre o conjunto de organizações e instituições da sociedade civil e sobre o poder político do Estado. Sem isso, o domínio de uma classe social sobre os meios de produção material da vida teria de se afirmar permanentemente pela coerção e pela violência; não caberia, neste caso, falar em hegemonia, mas em dominação direta, exercida permanentemente pelos meios mais brutais (DANTAS, 2008, p.92-93, grifos nossos).*

Para que a ordem capitalista sobreviva e se renove é indispensável um mínimo de unidade e aceitação pelos membros que compõem a sociedade, dado que não existe sociedade moderna baseada somente na violência. É necessário então que se recorra à mobilização de outros mecanismos normativos e adaptadores que possam facilitar o processo de integração social dos cidadãos e, ao mesmo tempo, reduzir a tensão inerente às relações antagônicas que se forjam no capitalismo (IAMAMOTO, CARVALHO, 2005).

A difusão da ideologia dominante constitui um desses mecanismos essenciais, que atrelado a outras maneiras de pressão social com base na violência, mantém o consenso

social. A ideologia dominante é, então, um dos meios de obtenção do consentimento dos dominados e oprimidos socialmente, que os adaptam à ordem societária vigente. A essa ideologia dominante, Gramsci denomina de inorgânica, graças ao caráter contraditório da mesma - não como a ideologia marxista, que assume a contradição da sociedade e a analisa - mas porque intenta conciliar interesses divergentes (LIGUORI, 2017). Para Gramsci,

[...] as novas estruturas/superestruturas participam ativamente da complexa teia das relações de força do aparelho de Estado, cada qual buscando a hegemonia do processo político. Por trás do Estado *stricto sensu* (o velho aparelho restrito, composto de burocracia e força militar) encontram-se as forças sociais da sociedade civil (MENESES, 2013, p.687).

A coerção e o consenso operam, assim, como a base de sustentação que legitima a hegemonia patriarcal, racista e capitalista no Brasil. A burguesia enquanto classe dominante e dirigente exerce o seu poder de classe por intermédio de ações desenvolvidas pelos seus variados aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil e por intermédio de ações desenvolvidas na aparelhagem estatal, materializadas nas leis e nas políticas governamentais.

É nesse contexto que podemos entender a importância dos chamados *Aparelhos Privados de Hegemonia*, que exercem um papel fundamental para o exercício da hegemonia de uma classe sobre a outra, uma vez que consolidam o domínio necessário para que se legitime a relação que se configura entre as classes sociais, a fim de “garantir a máxima aceitação da ideologia capitalista na organização social e econômica da sociedade civil” (MAIA, 2017, p. 26). É por esse motivo também que Liguori (2017, p.45) afirma que o aparelho hegemônico “surge num contexto voltado à formação da opinião pública”.

Nas palavras de Coutinho, os Aparelhos Privados de Hegemonia são:

[...] organismos sociais ‘privados’, o que significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-os assim relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito [no contexto, portanto, de sua configuração *ampliada*, isto é, sociedade política + sociedade civil, possível nas conformações sociais do tipo “ocidental” – FF]; mas deve-se observar que Gramsci põe o adjetivo ‘privado’ entre aspas, querendo com isso significar que – apesar desse seu caráter voluntário ou ‘contratual’ – eles têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das relações de poder em dada sociedade (COUTINHO, 1994, p.54-55).

A massificação imposta pela lógica do capital faz com que a sociedade civil assimile tais aparelhos e os aceite voluntariamente, enquanto organismos políticos necessários para o controle e a educação na presente sociabilidade. A escola, a família, a igreja, a mídia, os

partidos políticos, os meios de comunicação de massa, as organizações sindicais e os movimentos sociais são alguns dos principais aparelhos privados de hegemonia que constituem a organização material da cultura, e que exercem esse papel fulcral na legitimação da sociabilidade burguesa.

Através de ferramentas culturais e ideológicas, se estabelece o consentimento geral que permite a reprodução da consciência hegemônica, que por sua vez, caracteriza um processo ativo, organizado e interligado com as esferas de produção. Assim sendo, o Estado não lança mão apenas dos aparelhos repressivos para conter as massas populares; as ideias, valores e práticas assumem um caráter de hegemonia cultural que é essencial para que a classe dominante possa se perpetuar no poder.

Daí a importância da análise da cultura para compreendermos a realidade social, dado que “os bens simbólicos contribuíram diretamente *como força produtiva e como instrumento de conformação social*, com vistas a consolidar as estratégias de dominação pelo consentimento” como pontuam Martins e Neves (2021, p.40, grifos nossos).

A relação coerção-consenso, característica dos sistemas hegemônicos, pode ser observada em cada um dos elementos que compõem o nó patriarcado-racismo-capitalismo. Se por um lado tanto os fenômenos sócio-históricos patriarcado e racismo, quanto o modo de produção capitalista, têm uma base material concreta, nenhum deles pode prescindir de uma superestrutura que os sustentem. Essa superestrutura que se ergue conta com a repressão propriamente dita (vide os casos de feminicídio e estupros sistematicamente perpetrados contra as mulheres, as chacinas operadas pelo Estado nas favelas e periferias contra a população preta e pobre, entre inúmeros outros exemplos que poderiam ser dados), mas também conta de forma expressiva com a legitimação dessa coerção via construção de consensos, que tem uma base ideológica ancorada no machismo, no mito da democracia racial, e na ideologia do embranquecimento que pretendem negar a existência do racismo no Brasil e naturalizar as opressões que estruturam o nosso modo de produção e o nosso modo de vida (a nossa cultura).

Contudo, por partimos aqui de uma visão crítica, compreendendo que todas as relações sociais são atravessadas necessariamente pela luta de classes, assumimos, assim como Williams (1969, p.284), que as práticas culturais “embora dependam em última análise,

da estrutura econômica real, agem em parte [expressando] essa estrutura e a sua conseqüente realidade e, em outra parte, *afetando as atitudes para com a realidade*” (apud MARTINS e NEVES, 2021, 169 grifos nossos), e por isso carregam em si o potencial de favorecer ou obstaculizar a hegemonia vigente. Como visto anteriormente,

O papel da articulação institucional das ideologias e dos projetos classistas passa necessariamente pela sociedade civil que expressa o horizonte da racionalidade classista e a proposta da ordem. Mais do que “neutralidade”, ela [a sociedade civil] expressa a luta, os conflitos e articula, conflitiva e contraditoriamente, interesses estruturalmente desiguais (DIAS, 1996a, p.114).

É pelo seu caráter contraditório e conflitivo, marcado pelos conflitos de classe inevitáveis na era do capital, que a sociedade civil se revela como espaço de luta, sendo “em seu seio que se elaboram e se confrontam projetos distintos e até mesmo antagônicos, ficando claro, no pensamento gramsciano, que *ela é a arena da luta de classes e da afirmação de projetos em disputa, derivados de aparelhos de hegemonia distintos*” (MENDONÇA, 2014, p.36, grifos nossos).

A cultura, entendida enquanto modo de vida e como força produtiva, em Thompson e Williams, se apresenta então, como constituinte e constitutiva das relações de dominação de classe, e, simultaneamente, como um *elemento propulsor da transformação social* (MARTINS e NEVES, 2014). É nesse sentido que gostaríamos de destacar a cultura e seu potencial transformador como uma importante ferramenta analítica na luta de classes, e, ao mesmo tempo, como espaço mesmo para a construção de contra-hegemonias, assunto sob o qual nos debruçaremos na próxima seção.

### 3.2 A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA CULTURA

O nó patriarcado-racismo-capitalismo que marca a formação social, política, econômica e cultural brasileira e estrutura as relações sociais engendradas na modernidade, tem uma base material concreta (como visto no capítulo 2), mas para se perpetuar depende necessariamente da legitimação garantida através do consenso ativo ou passivo dos sujeitos (como visto no capítulo 3.1). Para isso,

[...] o Estado pede e obtém o consenso, educa-o através de “organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente” (CC, 3, 119). O Estado, portanto, é o sujeito da iniciativa político-cultural e atua por meio de canais aparentemente

privados. A atenção de Gramsci dirige-se sobretudo, neste âmbito, para os “aparelhos hegemônicos” (termo que, porém, não aparece nos Cadernos, pelo menos no plural), aparelhos que se somam aos “aparelhos coercitivos”, típicos do Estado *strictu sensu* (LIGUORI, 2003, p.179).

A importância dos aparelhos privados de hegemonia para a perpetuação do patriarcado pode ser observada no prefácio do livro “*A criação do patriarcado*” quando Aronovich (2019, p.21), afirma que “o patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis. São ideologias que nos ensinam que as mulheres são naturalmente inferiores”. Mais a frente Lerner (2019) afirma que as mulheres participam do processo da própria subordinação uma vez que são psicologicamente moldadas e acabam internalizando a ideia da inferioridade feminina, fruto da ideologia patriarcal. De toda forma, como afirmado anteriormente, ao falarmos sobre a *psique*, sobre a subjetividade, não podemos apartá-las da objetividade, pois, como nos aponta Saffioti (1997), objetividade e subjetividade devem ser compreendidas como faces da mesma moeda, tendo como base um universo conceitual construído no seio de uma sociologia e de uma psicologia materialistas.

As bases do psiquismo humano desenvolvido são constituídas pelo patrimônio histórico-social externo aos indivíduos e, como tal, não têm a forma do psíquico, não são, em absoluto, psíquicas. Só há algo da ordem do psíquico nos indivíduos, mas *este psíquico só se desenvolve através da apropriação psíquica de um patrimônio social não-psíquico* (SÈVE, 1983 apud SAFFIOTI, 1997, p.59, grifos nossos).

Os homens e as mulheres ao passo que criam a história, produzem objetivações através de suas práticas sociais e, sincronicamente, apropriam-se dos seus resultados, “isto é, reapropriando-se *subjetivamente* da história que fazem” (DORAY, 1989 apud SAFFIOTI, 1997, p.60, grifos nossos). Assim sendo, só se pode compreender a subjetividade tomando como ponto de partida a realidade objetiva.

As ideologias fazem parte dessa realidade objetiva - atravessam todas as esferas da vida social e ganham sustentação através dos diversos aparelhos privados de hegemonia que compõem a sociedade civil - influenciando a formação da subjetividade dos sujeitos e operando como sustentáculos para a dominação patriarcal racista e capitalista no Brasil.

A importância da ideologia para a manutenção do racismo é muito bem explorada por Lélia Gonzalez (2020). A autora aponta duas tendências ideológicas definidoras da identidade negra no Brasil: a noção de *democracia racial*, e a ideologia do *branqueamento*. A democracia

racial, já abordada no capítulo 2.3, se configura como um modo de representação/discurso que encobre a dura realidade experienciada pelos negros e negras nesse país. É a ideologia que afirma que,

Na medida em que somos todos iguais perante a lei, que o negro é um “um cidadão igual aos outros” graças à Lei Áurea, nosso país é o grande exemplo da harmonia inter-racial a ser seguido por aqueles em que a discriminação racial é declarada. Com isso, o grupo racial dominante justifica sua indiferença e sua ignorância em relação ao grupo negro. Se o negro não ascendeu socialmente e se não participa com maior efetividade nos processos políticos, sociais, econômicos e culturais, o único culpado é ele próprio (GONZALEZ, 2020, p.189).

A ideologia do *branquamento*, por sua vez,

[...] colonizadamente, quer nos fazer crer que somos um país racialmente branco e culturalmente ocidental, eurocêntrico. Ao lado da noção de “democracia racial”, ela aí está, não só definindo a identidade do negro como determinando o seu lugar na hierarquia social; não só “fazendo a cabeça” das elites ditas pensantes como a das lideranças políticas que se querem populares, revolucionárias (GONZALEZ, 2020, p.221).

O que se tem no Brasil é que do ponto de vista cultural o branqueamento intenta afirmar a superioridade da influência europeia “em detrimento da histórica contribuição africana à construção da herança sociocultural brasileira” (GONZALEZ, 2020, p.68). Como bem observa Lélia, a ideologia do *branquamento* se manifesta nas instituições de cultura e educação, através, por exemplo, de práticas educacionais e textos escolares, que são marcadamente racistas.

Também podemos perceber, através de seus estudos, o peso que os aparelhos privados de hegemonia vão exercer para a perpetuação do racismo. Segundo a autora, ocorre por parte das pessoas negras, a “internalização de uma inferioridade, inferioridade esta que é interiorizada através dos *meios de comunicação* e através do que se aprende na *escola* e, inclusive, no seio da *família*, porque a família negra não está alijada da sociedade” (2020, p.253, grifos nossos). Com sua escrita ácida, e demonstrando preocupação com a questão da cultura ao longo de sua trajetória acadêmica, política, intelectual e militante, afirma: “estamos cansados de saber que nem na escola nem nos livros onde mandam a gente estudar se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro e do índio na nossa formação histórica e cultural” (2020, p.204). E prossegue questionando:

E o que é que fica? A impressão de que só os homens, os homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os únicos a construir este país. A essa mentira tripla se dá o nome: sexismo, racismo e elitismo. E como ainda existe muita mulher que se sente inferiorizada diante do homem, muito negro diante do branco e muito

pobre diante do rico, a gente tem mais é que tentar mostrar que a coisa não é bem assim, né? (GONZALEZ, 2020, p.204).

Interessa ressaltar que o apagamento histórico da contribuição dos segmentos oprimidos pela estrutura hierárquica brasileira é uma estratégia consciente, operada por quem detém o poder, de perpetuação da hegemonia.

Lélia salienta também que,

[...] *a escolha de um sistema de representação, de classificação, valoração e de significação nos remete sempre a uma cultura dominante.* No caso da sociedade brasileira, apesar da contribuição extraordinária que o negro trouxe, vamos perceber que a cultura, a classe e a raça dominante impõem ao todo desta sociedade uma visão alienada de si (GONZALEZ, 2020, P.245, grifos nossos).

Assim sendo, no Brasil, de acordo com a perspectiva da classe da raça e do sexo dominante (dos homens, brancos e ricos), cultura é tudo o que diz respeito a uma produção cultural ocidental. A produção cultural indígena, africana e afro-brasileira, por sua vez, é sempre vista a partir da perspectiva do folclore, numa tentativa de inferiorizar a produção cultural não ocidental, como uma “produção menor” (GONZALEZ, 2020, p.247), reforçando e reiterando uma determinada cultura - a cultura dominante e hegemônica.

Outro fator que pode ser observado em Lélia, abordado no capítulo 3.1, é a relação coerção-consenso que marca um sistema hegemônico. Para a autora é possível identificar que quando as classes populares expressam suas aspirações, exigências ou sabedoria, as classes dominantes atuam de duas formas: reprimindo violentamente (utilizando mecanismos coercitivos), ou inventando mecanismos mais ou menos sofisticados na tentativa de enganá-los (se valendo de mecanismos que propiciem o consenso).

Assim como Gonzalez (2020) aponta a importância da escolha do sistema de representação, dos símbolos e valores ao tratar do racismo brasileiro, a historiadora Gerda Lerner (2019) também observa essa importância ao pensar especificamente sobre a história da criação do patriarcado. Nas suas palavras:

O mais significativo de todos os impedimentos quanto ao desenvolvimento da consciência de grupo das mulheres era a ausência de uma tradição que reafirmasse a independência e autonomia das mulheres em qualquer período do passado. Nunca houvera nenhuma mulher ou grupo de mulheres vivendo sem proteção masculina, pelo que a maioria das mulheres sabiam. Nunca houvera nenhum grupo de pessoas como elas que tivesse feito qualquer coisa significativa sozinho. As mulheres não tinham história – assim disseram a elas, e assim elas acreditaram. *Desse modo, foi a*

*hegemonia dos homens sobre o sistema de símbolos que, de forma mais decisiva, prejudicou as mulheres* (LERNER, 2019, p.361-362, grifos nossos).

Nessa passagem podemos perceber o grau de centralidade que o sistema de símbolos exerce na dominação efetiva de um grupo social sobre o outro, nesse caso, dos homens sobre as mulheres. Esse sistema de símbolos, ao dificultar a tomada de consciência dos sujeitos sobre si mesmos e sobre as relações sociais que se estabelecem, se apresenta como um fator que obstaculiza a possibilidade de se engajarem na luta contra as diferentes formas de opressão que se forjam ao longo da história da humanidade.

Entendemos que a tomada de consciência sobre a realidade social se configura como fator fulcral para o acirramento da luta de classes e para a luta pela construção de propostas contra-hegemônicas. Assim, é importante ressaltar que a conscientização sobre a realidade social se dá, inicialmente, através da linguagem, onde a comunicação se coloca como uma das importantes ferramentas a serem utilizadas na luta de classes.

Desta forma notamos que os meios de comunicação de massa<sup>27</sup>, criados para transmitir a mesma informação para um público extenso, se configuram como um avanço importantíssimo para a manutenção da ordem do capital. Isso porque, se do ponto de vista do consumidor/receptor, esses meios (como a rádio e a televisão, por exemplo) são apenas um eletrodoméstico como outro qualquer, do ponto de vista do produtor, por sua vez, eles representam um centro de poder econômico e político, de controle social e cultural (CHAUÍ, 2006), o que leva inclusive Coutinho (2006) a considerar a mídia como um intelectual orgânico coletivo da classe dominante, por ser controlada e hegemônica por essa mesma classe.

E porque os meios de comunicação de massa representam um centro de poder econômico e político, de controle social e cultural? Bom, se em uma primeira análise poderíamos afirmar que esses meios veiculam informações, Chauí (2006, p.50) nos atenta ao fato de que a maneira como as notícias são apresentadas impedem que o ouvinte e o espectador as localizem no tempo e no espaço, redundando em um processo de *atopia* (ausência de referência espacial) e *acronia* (ausência de referência temporal); “pela atopia das

---

<sup>27</sup> Como nos indica Chauí (2006, p.35), a expressão comunicação de massa “inicialmente, referia-se ao rádio e ao cinema, pois a imprensa pressupunha pessoas alfabetizadas, o que não era requerido pela rádio nem pelo cinema em seus começos. Pouco a pouco, estende-se para a imprensa, a publicidade ou propaganda, a fotografia e a televisão. Esses objetos tecnológicos são os meios por intermédio dos quais a informação é transmitida ou comunicada”.

imagens, desconhecemos as determinações econômico-territoriais (geográficas, geopolíticas etc.)” e “pela acronia das imagens, ignoramos os antecedentes temporais e as consequências dos fatos noticiados”, impedindo que os ouvintes e espectadores compreendam o real significado das informações noticiadas.

Dessa forma, a autora defende que o principal resultado da maioria dos noticiários de rádio e televisão é a desinformação, afirmando a existência de um paradoxo que reside no fato de que “há uma verdadeira saturação de informação, mas, ao fim, nada sabemos, depois de termos tido a ilusão de que fomos informados sobre tudo” (CHAUI, 2006, p.50). Ela alega que a *atopia* e a *acronia*, a ausência das condições materiais, econômicas, sociais, políticas e históricas que conformam um acontecimento, não é uma simples falha ou um defeito referente à esses noticiários, mas sim um procedimento deliberadamente utilizado cuja finalidade é controlar social, política e culturalmente os sujeitos.

É a disseminação em última instância de desinformação, aliada a capacidade de transmitir, por meio dos diversos programas, um determinado ideário de mundo, que os meios de comunicação de massa se tornam potentes armas para a manutenção da ordem societária vigente, ampliando o consenso social. Segundo Lélia (2020), esses meios apenas reforçam e continuam a seguir a ideia da superioridade branca, reforçando a ideologia do *branqueamento*, e valorizando também o sexismo e os privilégios de classe. Em determinado momento a autora chega a afirmar que “de repente, a televisão forma muito mais do que a escola” (GONZALEZ, 2020, p.254), expondo a dimensão pedagógica dos meios de comunicação de massa, dimensão esta que é inerente também aos demais aparelhos privados de hegemonia.

Como expressão mais atual dos meios de comunicação de massa, a internet, e a consequente possibilidade de disseminação em larga escala de *fake news*, é um fenômeno que também merece destaque e uma análise aprofundada que não cabe nos limites deste trabalho. Porém, cabe frisar que as fake-news corroboram para a perpetuação do patriarcado-racismo-capitalismo, na medida em que, além de não informar de forma fidedigna a realidade (ao contrário, difundindo mentiras), reitera os processos de alienação dos sujeitos, se impondo como um óbice à tomada de consciência, e, dessa forma, alimentam a engrenagem da reprodução desse sistema social.

Em suma, no intuito de construir os consensos favoráveis à perpetuação do nó patriarcado-racismo-capitalismo brasileiro, as forças hegemônicas “investem na veiculação de informações nos grandes meios de comunicação de massas que distorcem, mistificam e manipulam a realidade” (BRAZ, 2011, p.389). Contudo, como bem observa Coutinho (2006) em relação à mídia (o que também se aplica aos demais meios de comunicação de massas e aos demais aparelhos privados de hegemonia), imaginar que esse é um espaço homogêneo, isento de contradições, no qual só há espaço para a manipulação sistemática da opinião pública, é um equívoco teórico e analítico.

Compreendendo a importância dos meios de comunicação de massa para a manutenção da hegemonia, se faz importante notar que se por um lado esses meios estão concentrados, em grande parte, nas mãos das classes dominantes, e reconhecendo também que essas classes passaram a depender em uma escala cada vez maior da criação de mecanismos diversos para a disseminação da ideologia dominante (BRAZ, 2011), por outro lado,

[...] as vanguardas das classes trabalhadoras em todo o mundo passaram também a valer-se de instrumentos de comunicação *como forma de combater a hegemonia burguesa* e de instituir canais de interlocução com suas bases, *com vistas à afirmação de uma nova hegemonia na sociedade*. Numa palavra: *no capitalismo, a comunicação e a propaganda tornaram-se meios indispensáveis - porque estratégicos e decisivos - de luta entre projetos societários* (BRAZ, 2011, p.389).

Ou seja, é possível afirmar que os instrumentos de comunicação assumem lugar de destaque na luta travada entre os diferentes projetos societários em disputa. Por mais que a burguesia (que detém os meios de produção e concentra em suas mãos a riqueza socialmente produzida) obtenha larga vantagem nessa batalha, “as classes trabalhadoras e os segmentos a ela articulados procuraram conquistar hegemonia através da utilização de diversas formas de comunicação” e, por isso, os meios de comunicação se constituem, efetivamente, como “*meios de disputa de hegemonia*” (BRAZ, 2011, p.379-380).

Por todo o exposto até aqui, corroboramos com Braz (2011, p.389) quando este afirma que “as estratégias de comunicação não podem ser tratadas como auxiliares periféricos da luta política. Elas devem assumir, no contexto das lutas maiores e no âmbito das lutas da profissão, a centralidade que, de fato, possuem e merecem”.

De acordo com Dantas (2008. p.106), a manutenção da ordem capitalista no presente século “depende, como sempre, de que a subjetividade potencialmente antagônica do trabalho

permaneça imersa nas engrenagens objetivas e subjetivas que asseguram a “naturalização” das relações sociais de produção, propriedade e poder na sociedade e no Estado do capital”. Se a preservação do *status quo* e da manutenção da ordem social vigente depende do processo de naturalização das relações sociais e mistificação das mesmas, a ideologia crítica, por sua vez, carrega em si a possibilidade de proporcionar que os sujeitos questionem o que está posto a partir do desvelamento da contradição inerente à sociedade capitalista. Logo, é a partir da ampliação de uma concepção crítica da realidade social que podemos fortalecer os movimentos contra-hegemônicos.

Como afirma Edmundo Dias (2006, p.75), “decifrar o real é um momento do processo de sua transformação”, e esse deciframento perpassa necessariamente a tomada de consciência dos antagonismos que formam e conformam, material e imaterialmente, a sociedade de classes, processo este que não pode se dar por intermédio da ideologia dominante, e sim, tendo como norte, uma ideologia crítica.

No intuito de preservar as relações hierárquicas (a dominação e exploração do capital sobre o trabalho, dos homens sobre as mulheres e dos brancos sobre os negros), o que se expressa na ideologia dominante

[...] é a necessidade de produzir, sob a forma de ideias e representações, a adequação entre as condições objetivas e subjetivas da existência dos próprios indivíduos socialmente determinados. Por isso ela não pode jamais se conceber e se apresentar como ideologia de uma classe social dominante no interior de uma sociedade e de uma época histórica determinada: *ela se apresenta e precisa se apresentar sempre como a própria forma universal da verdade* (DANTAS, 2008, p.95, grifos nossos).

Por consequência, o combate à ideologia dominante enquanto forma universal da verdade é uma das tarefas que precisa ser enfrentada pelos intelectuais que se ocupam e se preocupam com a construção de um mundo mais justo e igualitário, livre de todas as formas de dominação, exploração e opressão, pois a ideologia é uma das formas de sustentação imprescindíveis para manter a dominação de uma classe social específica, que é necessariamente racializada e generificada.

Como já vimos, devido ao caráter de classe das relações sociais, a cultura dominante é a cultura da classe dominante, porém, como Angela Martins e Lucia Neves sinalizam:

[...] dependendo da correlação das forças sociais, [a cultura] poderá se constituir também em estratégia de construção de emancipação humana das relações de exploração e de dominação historicamente construídas, oferecendo elementos para a

construção de uma cultura emancipadora na qual, pela consciência da dominação, possa construir um novo modo de existência (MARTINS, NEVES, 2014, p.74).

É certo que a hegemonia política e cultural burguesa faz com que as classes exploradas e dominadas cada vez mais incorporem como seus os modos de ser e de viver dos dominantes, aceitando-os como os únicos possíveis e desejáveis. A noção de controle estabelecido no domínio coercitivo e consensual, educa e doutrina as classes trabalhadoras em uma espécie de alienação e submissão natural, fazendo com que as particularidades potencialmente revolucionárias de tal classe fiquem prejudicadas. É nesse sentido que a tomada de consciência crítica da concepção do real caracteriza um movimento contra-hegemônico que se constrói embasado na reflexão e na ação coletiva de consciência política frente às relações de poder da dinâmica social.

Na ordem do capital a tomada de consciência para as mulheres, para a população negra, assim como para outros grupos espoliados, se configura como um processo que historicamente sofreu muitos entraves, não sendo um processo natural e automático. Ainda assim, é importante ressaltar que existem conquistas e avanços que não podem ser negados.

Ainda que limitados, essas conquistas e avanços no grau de conscientização da população brasileira no que diz respeito às opressões estruturais, e as transformações que gradualmente vem ocorrendo no que diz respeito ao papel social que as mulheres e as pessoas negras ocupam, por exemplo, só podem ser compreendidas quando aliadas à compreensão acerca da atuação do movimento feminista e do movimento negro. Os movimentos sociais, também compreendidos como aparelhos privados de hegemonia, são peças fundamentais para articulação e mobilização das classes trabalhadoras na construção de contra-hegemonias. Eles podem buscar o consenso e, em última instância, dar legitimidade a essa sociedade hierárquica ou, por outro lado, contestar, e assim tensionar, o sistema econômico e simbólico que nos cerca, como o fazem o movimento feminista e o movimento negro.

Importante salientar que ao combater o determinismo economicista, como proposto pelos autores da nova esquerda, e destacar a importância da dimensão da cultura, do estudo sobre ideologia e da compreensão acerca da hegemonia para a manutenção do poder das classes dominantes, não se trata de responder o economicismo através de um ideologicismo, mas de ratificar a unidade dialética e indissolúvel entre política e economia que está a todo momento se fazendo e refazendo, se reforçando ou se enfraquecendo, como expressão viva da

luta de classes (DIAS, 1996). Trata-se também de romper com uma tradição de esquerda que se pretende revolucionária, mas não é capaz de olhar para como a identidade dos sujeitos e todo seu processo de construção influencia a experiência de vida concreta e determina em última análise sua inserção na sociedade capitalista. Essas correntes ditas progressistas, em suas apreensões reduzidas ao âmbito da pequena política, por mais que denunciem as injustiças e desigualdades socioeconômicas, não conseguem atingir a “raiz do problema” e, continuam reproduzindo injustiças raciais e sexuais (reiterando e reforçando a opressão racial e sexual) que ao fim e ao cabo tem por objetivo reproduzir e perpetuar o sistema socioeconômico capitalista (GONZALEZ, 2020).

Como visto na primeira parte do presente capítulo, a concepção de cultura que orienta essa pesquisa assume que a cultura atua de forma expressiva na estrutura e na dinâmica que constitui as diferentes formações históricas, e, portanto, merece atenção cuidadosa e esforços analíticos no sentido de deslindarmos esse processo sociomaterial que está em constante movimento. Se reconhecemos que a estrutura e a superestrutura formam um bloco histórico, no qual os detentores dos meios de produção material são também os que dominam no plano imaterial, controlando a circulação de ideias e a produção e reprodução de valores e significados, como visto anteriormente, a compreensão crítica e dialética da sociedade nos leva a inferir que “embora na sociedade capitalista, as idéias e práticas das classes dominantes preponderem, elas não são exclusivas” (MARTINS e NEVES, 2021, p.168).

Gramsci apresenta com os conceitos de Estado (*stricto*) e sociedade civil, mas também de estrutura e superestrutura, como esses conceitos, que se distinguem, não podem, todavia, ser organicamente separados e separáveis (LIGUORI, 2003), implicando na relação recíproca e dialética que marca de forma tão profunda o pensamento do marxista sardo. É a ampliação do conceito de Estado (estado *stricto sensu* + sociedade civil) que nos impele “até como consequência lógica, a puxar a possibilidade de antever também a sociedade civil *como um espaço de reivindicação, criação, expectativa e amadurecimento de direitos*” (MENESES, 2013, p.688, grifos nossos).

Fornecendo subsídios para compreendermos a relação entre a estrutura e a superestrutura ideológica e cultural, Heleieth Saffioti, vinculada a uma compreensão materialista e crítico dialética da realidade, realça que:

Como produtos da infra-estrutura e capaz de desencadear alterações nesta, a super-estrutura não pode ser apreendida simplesmente como sobrevivências de fases superadas do desenvolvimento da formação social econômica capitalista. Certamente, os ingredientes das superestruturas ideológicas não sobreviveriam caso não encontrassem suportes na infra-estrutura econômica e caso não desempenhassem a função de escamotear as raízes sócio-econômicas do relativo insucesso de amplos contingentes humanos de ganhar os meios de sua subsistência (SAFFIOTI, 1976, p.8).

De forma conjunta e articulada estrutura e superestrutura produzem e reproduzem a hegemonia patriarcal, racista e capitalista no Brasil, tornando limitada, para dizer o mínimo, a compreensão de uma sem a outra.

A contribuição de Gramsci vem justamente nesse sentido, pois ao elaborar de modo sistemático sua teoria marxista da política, e apontar a imprescindibilidade de uma reforma intelectual e moral para a formação de uma nova sociabilidade, ele atrelou essa reforma intelectual e moral a um programa de reforma econômica, “que é, exatamente o seu modo concreto de apresentar-se” (DIAS, 2006, p.63). Ou seja, “*Pensar-se a construção de uma nova forma social, uma nova sociabilidade, só é possível se se pensam conjuntamente as formas específicas de sua realização - a um tempo material e simbólica*” (idem, ibidem).

É por aí que compreendemos também quando Netto (2008, p.138) enfatiza que “nada mais alheio a Gramsci que reduzir a disputa pela hegemonia às lutas ideoculturais; *nada mais falseador de suas ideias do que, em nome do ético-político, cancelar e/ou minimizar o peso da função das classes na estrutura econômica*”. O que vimos ratificando repetidamente é que longe de ser um entusiasta da superestrutura de forma descolada da base material, da estrutura econômica que organiza a sociedade, Gramsci pôde se dedicar à análise da esfera superestrutural justamente porque considerava que a crítica da economia política já estava, essencialmente, realizada por Marx (NETTO, 2008).

Podemos perceber como tanto Lélia (2020), quanto Lerner (2019) e Saffioti (1997), conseguem articular o nexos estrutura-superestrutura, apresentando a dimensão estrutural do patriarcado e do racismo, porém sem perder de vista a importância da superestrutura para a manutenção desses sistemas de dominação e exploração. O que queremos ressaltar com essa afirmação é que, cada uma a seu modo, aponta a dialeticidade entre estrutura-superestrutura, fugindo de um determinismo economicista.

Essa incursão pela dimensão da cultura tem como objetivo apresentar possibilidades de tensionamentos na esfera da sociedade civil, que, fortalecidos, podem desestabilizar a hegemonia burguesa patriarcal e racista brasileira. Isso porque, como afirma Lélia

[...] cultura é política com P maiúsculo, na medida em que, da maneira mais didática e prazerosa, fazem com que a nossa etnia tome consciência do seu papel de sujeito de sua própria história e de sua importância na construção não só desse país como na de muitos outros da América (GONZALEZ, 2020, p.243).

Não pretendemos de forma alguma esgotar esse tema, que deve ser esmiuçado de diversas maneiras, mas sim apontar que são muitas as frentes de batalha através das quais a cultura pode propiciar o tensionamento da luta de classes. Sem diminuir a importância (e a primazia) da materialidade, interessa-nos pensar o campo simbólico, pois como defendeu Lerner,

De certo modo, *a luta de classes pode ser descrita como uma luta pelo controle dos sistemas de símbolos de determinada sociedade*. O grupo oprimido, enquanto compartilha e participa dos símbolos principais controlados pelos dominantes, também desenvolve os próprios símbolos. Estes, em época de mudança revolucionária, tornam-se forças importantes na criação de alternativas. Outro modo de dizer isso é que *ideias revolucionárias podem ser geradas apenas quando os oprimidos possuem uma alternativa ao sistema de símbolos e significado daqueles que os dominam* (2019, p.366, grifos nossos).

Independente do meio através do qual a luta de classes será acionada/tensionada, o importante é que não se perca de vista que a realidade é uma construção histórica e por isso está em constante movimento, o que implica necessariamente na possibilidade de transformação social e construção de uma nova cultura.

Para finalizar, destacamos que:

O sistema de significados e valores que a sociedade capitalista gera tem de ser derrotado no geral e no detalhe por meio de um trabalho intelectual e educacional contínuo. Este é um processo cultural a que denominei a longa revolução, e, ao fazê-lo, eu tinha em mente que era uma parte das batalhas necessárias da democracia e da vitória econômica da classe trabalhadora organizada (WILLIAMS, 1989, p.76).

Impõe-se então a tarefa revolucionária de construir coletivamente novas relações sociais de natureza mais humana e igualitária, de forma que as grandes massas consigam se destacar das ideologias dominantes, percam a crença no que antes acreditavam, superem de fato o sistema de significados e valores gestados pela sociedade capitalista que a sustenta, e organizem uma nova cultura (COUTINHO, 2014), pois, como defende Gramsci (2002.a, p.70), “deve-se falar de luta por uma nova cultura, isto é, por uma nova vida moral, que não

pode deixar de ser intimamente ligada a uma nova intuição da vida, até que esta se torne um novo modo de sentir e de ver a realidade”.

É na luta contra a sociedade de classes, racista e patriarcal, que há espaço para a busca de uma cultura de valores libertários que vá de encontro a uma sociedade livre de todos os tipos de dominação e exploração, uma cultura não mais determinada pelos interesses das classes capitalistas dominantes e dirigentes, mas sim, voltada e vinculada aos interesses das classes trabalhadoras.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa das considerações finais é pertinente começar pontuando que não pretendemos traçar uma linha conclusiva, mas sim, apresentar questões relevantes a serem consideradas para uma continuidade desse estudo. Para tanto, retomamos alguns pontos centrais que foram debatidos ao longo do trabalho e apontamos outros que seguirão como desafios propostos para os estudos sobre patriarcado, racismo, capitalismo e cultura, sobretudo no âmbito do exercício profissional do assistente social.

A partir do nosso objetivo principal de analisar o nó patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTI, 1987) e abordar a dimensão da cultura como elemento constituinte e constitutivo dos processos de legitimação e resistência à ordem societária vigente, sublinhamos na primeira seção, de acordo com Saffioti (1987), o profundo processo de imbricação que se estabeleceu entre esses três sistemas de dominação e exploração ao longo da formação social brasileira. Foi possível identificar através dessa análise a importância de compreendermos a divisão sexual e racial do trabalho como a base estrutural sob a qual se organizam os sistemas de dominação e exploração patriarcal e racista, possibilitando assim enxergar a base material sob a qual o racismo e o patriarcado se sustentam, e o elo que se estabelece entre esses fenômenos que se expressam como uma questão puramente moral e a estrutura social que dá origem aos mesmos.

Julgamos imprescindível para o processo de trabalho dos assistentes sociais considerar os determinantes raciais e sexuais que nos atravessam, pois estes interferem de forma objetiva e subjetiva na condição de vida dos sujeitos. Reconhecer a formação da classe trabalhadora é um elemento fulcral para a nossa atuação profissional, tendo em vista que atuamos na elaboração e execução de políticas públicas, implementando direitos e mediando o acesso da classe trabalhadora a diferentes políticas sociais, como parte do processo para diferentes formas de inclusão. É só através do reconhecimento que a sociedade de classes se estrutura através do nó gênero-raça-classe, que é possível realizarmos uma atuação crítica e comprometida com os princípios defendidos pelo código de ética, prezando pelos valores éticos centrais que orientam o nosso fazer profissional.

Nesse lastro cabe ressaltar o VIII princípio fundamental estabelecido no Código de Ética profissional do/a assistente social, no qual fica estabelecido a “opção por um projeto

profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (BRASIL, 2012). Importante salientar também que o reconhecimento do nó patriarcado-racismo-capitalismo, enquanto um elemento estrutural da formação social brasileira, é imprescindível não só pelo exposto no VIII princípio transcrito acima, mas para o comprometimento com *todos* os princípios fundamentais expressos no código de ética. Desde o primeiro princípio se impõem essa necessidade, visto que a liberdade só pode existir em um contexto livre de opressões.

Por isso, consideramos que os estudos sobre esses elementos histórico-sociais que estruturam o modo de produção capitalista - quais sejam: o racismo e o patriarcado - são imprescindíveis para uma formação profissional de qualidade. É urgente que os estudantes tenham contato com essas temáticas obrigatoriamente ainda durante a graduação, e isso inclui os estudos sobre cultura, possibilitando um olhar crítico para as relações raciais e de gênero que se gestam no seio da sociedade burguesa. Esse conteúdo, por sua vez, não deve ficar limitado às disciplinas sobre gênero, raça, etnia e cultura, mas sim transversalizar todas as demais disciplinas que compõem a grade curricular.

Ratificamos a importância de atribuir ao patriarcado e ao racismo o caráter estrutural pois entendemos que, por mais que uma análise correta da realidade social não leve necessariamente ao acerto de táticas e estratégias que possibilitem enfrentar às desigualdades provenientes dessas opressões, um erro na análise certamente levará ao erro na organização e implementação dessas.

Corroboramos com Almeida (2018, p.127), quando o autor afirma que:

[...] a busca por uma nova economia e por formas alternativas de organização é tarefa impossível sem que o racismo e outras formas de discriminação sejam compreendidas como parte essencial dos processos de exploração e de opressão de uma sociedade que se quer transformar.

É necessário, para tanto, ir à raiz desses fenômenos que compõem a realidade multifacética, pois, por mais que o racismo e o patriarcado se expressem na realidade, os mesmos não se explicam nas suas manifestações imediatas. Isso requer romper com paradigmas que deslocam esses fenômenos para o âmbito da formação de identidades e subjetividades isoladas da formação social no âmbito da totalidade e da materialidade dos fenômenos, dispensando as grandes narrativas como bases explicativas e vinculadas ao

processo científico de análise do real. Como aponta Kosik (1976, p.12) “compreender o fenômeno é atingir a essência. Sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível”, por isso a pesquisa se coloca como um imperativo para, partindo das manifestações, nos aproximarmos da essência do fenômeno, permitindo a realização de uma análise e, conseqüentemente, de um trabalho crítico e engajado com a transformação social.

Tais afirmações acerca do método de análise dos fenômenos e das possíveis categorias que nos ajudam a compreendê-los nos levaram a resgatar os estudos sobre cultura e seu impacto e desdobramento para a formação de ideologias e hegemonias dominantes. O principal objetivo foi apresentar a relação dialética entre o par categorial estrutura e superestrutura, a indissociabilidade entre as dimensões política, econômica e cultural, compreendendo que estas dimensões são constituintes da totalidade social que não operam isoladamente e não se encontram apartadas na realidade concreta.

Assim, tomamos o significado de cultura enquanto modo de ser, agir, pensar e organizar (GRAMSCI, 1999), operando nos processos de legitimação da ordem vigente, enquanto um instrumento que auxilia na construção de consensos. Por outro lado, apontamos para o potencial contra-hegemônico que permeia a cultura. A proposta que ora apresentamos de fazer uma articulação entre o debate das opressões estruturais e da cultura foi trazer outras possibilidades e formas de realizar uma leitura crítica acerca desses fenômenos. Esse foi um caminho metodológico possível, que através do materialismo histórico dialético nos incitou a pensar na criação de contra-hegemonias. Não se tratou aqui de trazer uma receita de bolo, uma forma específica de organizar a luta feminista, antiracista e anticapitalista, ou um caminho específico para pensarmos a mudança de ordem societária. O que se pretendeu foi lançar luz sobre alguns temas que precisam ser considerados e articulados, trabalhados dialeticamente para a construção dessas possíveis estratégias.

Por fim, vale ressaltar uma vez mais que esses são debates importantes para a formação de novos assistentes sociais, assim como para a qualificação continuada de profissionais de Serviço Social. O debate tanto sobre racismo quanto sobre patriarcado tem sido nevrálgico na atual conjuntura, conjuntura essa reacionária, ultraneoliberal, de

aviltamento de direitos sociais e humanos, o que impõe uma série de desafios para a nossa profissão e exige um comprometimento cada vez maior com as classes subalternas.

O que vemos no atual governo Bolsonaro é um quadro de retrocesso e destruição do nosso país, realizado através do avanço desenfreado dos ajustes econômicos ultraneoliberais e da retirada de direitos históricos conquistados e legitimados pela Constituição de 1988, aprofundando assim a desigualdade social e econômica que marca a sociedade brasileira.

As contra reformas trabalhistas e da previdência exemplificam esse quadro de ataques aos direitos duramente conquistados dos trabalhadores e trabalhadoras. Outro exemplo que vale citar é a aprovação da Emenda Constitucional (EC) 95/2016 (conhecida como PEC da Morte ou do Teto de Gastos) que congela os gastos com políticas sociais por 20 anos. O país experimenta as consequências dessas medidas: a miséria e a fome voltam a crescer vertiginosamente. A taxa de desemprego atinge os maiores índices desde 2012, afetando atualmente 13,7 milhões de brasileiros.

Em meio à uma crise sanitária, política e econômica, as condições de vida da classe trabalhadora brasileira, especialmente das mulheres e da população negra, foram extremamente prejudicadas. A pandemia, e a forma com a qual o governo federal lidou com esse momento específico, agravou ainda mais as mazelas que atingem essa enorme parcela da população.

Esse governo também é conhecido por implementar a política ambiental mais austera dos últimos tempos, sendo responsável pelo desmantelamento de leis já existentes de proteção ambiental no país, pelo desmonte das políticas públicas de fiscalização e planos que combatem o desmatamento, por cortes orçamentários, assim como pelo enfraquecimento de órgãos ambientais, tudo para favorecer a exploração dos recursos naturais e uma produção que não mede consequências em busca de lucro.

Além disso, podemos observar na atual gestão de Bolsonaro o aumento de ataques racistas, sexistas e transfóbicos; inclusive o aumento da violência política contra as mulheres negras, e em particular contra as mulheres negras transgêneros, que vêm sofrendo com constantes ameaças e mensagens de ódio, revelando o racismo e a misoginia estrutural e institucional difundido tanto na sociedade civil quanto na sociedade política brasileira.

O governo genocida de Jair Messias Bolsonaro conta com o negacionismo, com a negação e ataque à ciência, como uma de suas principais armas ideológicas, e marca um retorno ao conservadorismo, fortalecendo (e fortalecido por) aparelhos privados de hegemonia como as igrejas (principalmente as neopentecostais) e parte da mídia. Todo esse contexto nos impõe mais do que nunca a tarefa histórica de reinventarmos novos modos de vida e novas formas de organização a partir de pautas amplas e inclusivas que marcam estruturalmente a formação da nossa identidade nacional.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALVES, Leandro Nogueira. **Relações Patriarcais de Gênero e Serviço Social no Brasil.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UERJ (mimeo): 2017

BORJA, Bruno. **O Capital e a Cultura:** elementos de economia política da cultura em Marx. Revista da sociedade brasileira de economia política. [S.I], n.56, p.84-109, maio-agosto 2020. Disponível em: <https://www.revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/545>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social.** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRAZ, Marcelo. Serviço Social, comunicação e projeto ético-político. In: RUIZ, J.; SALLES, M. (Orgs.). **Mídia, Questão Social e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2011. p.375-390.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COSPITO, Giuseppe. Hegemonia. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)** - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017 p.300-303

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política:** A Dualidade de Poderes. São Paulo, Cortez, 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções:** o marxismo na batalha das idéias. São Paulo: Cortez, 2006

COUTINHO, Carlos Nelson. **A Presença de Gramsci no Brasil.** Rio de Janeiro. Revista Em Pauta. Número 22, p. 27-44. 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. (org). **O leitor de Gramsci:** escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COUTINHO, Eduardo Granja. **A comunicação do oprimido e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

CFESS. Material informativo sobre a profissão. disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/folder\\_cofisite.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/folder_cofisite.pdf) Acesso em: 22 nov. 2021.

DAINOTTO, Roberto. Filosofia da práxis. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)** - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017 p.300-303

DANTAS, Rodrigo. Ideologia, hegemonia e contra-hegemonia. In: COUTINHO, Eduardo Granja (Org.) **Comunicação e Contra-Hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. – 1ª ed – São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. Tradução Heci Regina Candiani. – 1ª ed – São Paulo: Boitempo, 2017.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Sobre a leitura dos textos gramscianos**: usos e abusos. In: DIAS, Edmundo Fernandes et alli. O outro Gramsci. São Paulo: Xama, 1996a, p. 105-122

DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: racionalidade que se faz história. DIAS, Edmundo Fernandes et alli. **O outro Gramsci**. São Paulo: Xama, 1996, p. 9-80

DIAS, Edmundo Fernandes. **Política brasileira**: Embate de projetos hegemônicos. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FONTES, Virgínia. **Gramsci, Estado e sociedade civil**: anjos, demônios ou lutas de classes?, Revista Outubro, n. 31, 2º sem. 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 16 de jul. 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino americano**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. V.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999

GRAMSCI, Antonio. **A concepção dialética da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. V.5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.a

HOOKS, bell. **Teoria Feminista**: Da Margem ao Centro São Paulo: Perspectiva, 2019

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-sociológica. 17ª Ed. São Paulo: Cortez/Celats, 2005

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil.** Notas técnicas. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-degenero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 16 de jul. de 2020.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KERGOAT, Danièle; HIRATA, Helena. **A classe operária tem dois sexos.** Revista de Estudos Feministas, ano 2, 1º sem. 1994.

KERGOAT, Danièle; HIRATA, Helena. As Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132: 2007.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens;** tradução Luiza Sellera. – São Paulo: Cultrix, 2019.

LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In.

COUTINHO, Carlos Nelson. TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.173-188.

LIGUORI, Guido. Aparelho Hegemônico. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)** - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017 p.44-45

LIGUORI, Guido. Ideologia. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)** - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017 p.398-402

LIMA, Rita Lourdes de. **Formação profissional em Serviço Social e gênero: algumas considerações.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 117, p. 45-68, jan./mar. 2014.

MAIA, Viviane de Souza Barbosa. **Cultura e Prisão.** Rio de Janeiro, 2017, 86. Monografia - UNIRIO

MAIA, Antonio Glaudenir Brasil; OLIVEIRA, Renato Almeida de. Marx e a crítica contemporânea pós-modernidade. **Argumentos Revista de Filosofia**, Fortaleza, v.3, n. 5, p.81-90, 2011.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio.** 2ªed, SP: Nova Cultural, Coleção "Os Economistas, 1985. (Trad. Carlos Eduardo Silveira Matos et al.)

MARTINS, Angela Maria Souza. e NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Materialismo histórico, cultura e educação:** Gramsci, Thompson e Williams. Revista HISTEDBR. Campinas (SP). n. 51, p. 341-359, jun 2013.

- MARTINS, Angela Maria Souza. e NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Cultura, Educação, Dominação:** Gramsci, Thompson, Williams. Revista HISTEDBR. Campinas (SP). v. 14 n. 55, 2014.
- MARTINS, Angela Maria Souza. e NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Cultura e transformação social:** Gramsci, Thompson e Williams. 1 ed. Campinas, SP: Mercado das letras, 2021.
- MARX, .K. **O capital.** Crítica da economia política. SP: Abril cultural.1983. vol I, P.149-150
- MARX, Karl. A chamada acumulação primitiva. In: **O capital:** crítica da economia política: livro I. 27ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- MARX, K. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MARX, K. e ENGELS, F. Carta de F. Engels a J. Bloch, 21-22 de setembro de 1890. In: **Obras escolhidas em três volumes:** Ed. Cit., Vol. 3, 1963
- MATTOS, Marcelo Badaró. **E.P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.
- MENDONÇA, Sonia R. de. **O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica.** Marx e o Marxismo v.2, n.2, jan/jul 2014 p.28-43
- MENESES, Jaldes Reis de. Carlos Nelson Coutinho: a hegemonia como contrato. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 675-699, Dec. 2013.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis – RJ: Vozes, 2016.
- MOTTA, Daniele Cordeiro. **Desvendando o nó:** a imbricação de gênero, raça/etnia e classe na obra de Heleieth Saffioti. Anais do IX Colóquio Internacional Marx e Engels. Unicamp, 2018.
- MOURA, Clovis. **Brasil:** raízes do protesto negro. São Paulo: Global, 1983.
- MOURA, Clovis. **Rebeliões da senzala.** 4.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- NETTO, José Paulo. Universidade, caldo de cultura pós-modernidade. In: COUTINHO, Eduardo Granja (Org.) **Comunicação e Contra-Hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado:** A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- PATEMAN, Carole. **O contrato sexual.** Tradução de Marta Avancini. 2ª Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2020

RIBEIRO, Rafaela. **A dimensão da cultura no debate acadêmico de Serviço Social: um panorama dos veículos editoriais pós-movimento de reconceituação (1994-2014)**. 2020. 276 páginas. Tese de Doutorado em Serviço Social. UERJ. Rio de Janeiro. Não publicado

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. **Violência de gênero no Brasil atual**. Estudos Feministas 443 N. E./94

SAFFIOTI, Heleieth. **Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?** Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 71-75.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013[1969].

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de Gênero: lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**, nº 2, PUC/SP, 1997, pp.59-79

SAFFIOTI, Heleieth. Força de Trabalho Feminina: no interior das cifras. In **Perspectivas**, São Paulo, 1985, nº 8, p.95 a 141

SAFFIOTI, Heleieth. Movimentos sociais: face feminina. In Carvalho, Nanci Valadares de. (org.) **A condição feminina**. São Paulo, Revista dos Tribunais Ltda., Edições Vértice, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth. Diferença ou indiferença? Gênero, raça/etnia e classe social. In: ADORNO, Sergio (org.) **A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade**. POA: PPGS/UFRGS, 1993

SAFFIOTI, Heleieth. **Violência de Gênero no Brasil Atual**. Estudos Feministas, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, nº especial, 2º semestre de 1994, p.443-461

SAFFIOTI, Heleieth. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher sob o modo de produção capitalista**. Revista Quadrimestral. 1976.

SANTOS, José. **O que é Cultura?** Coleção Primeiros Passos, nº 11. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILVA, Leandro Rocha da. Na mira da mídia: reflexões sobre as relações entre mídia, crime e identidade. In: RUIZ, J.; SALLES, M. (Orgs.). **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011. p.261-276.

SIMIONATTO, Ivete. **Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana**. Revista Katálysis, Florianópolis/SC, v. 12, n.1, p. 41-49, 2009.

TABET, Paola. Mãos, instrumentos, armas. In: FERREIRA, V. [et. al.]. **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu**. Recife: SOS Corpo, 2014

TEIXEIRA, Joaquina B. e BRÁZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília: ABEPSS, CFESS, 2009, P. 185-199.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo Companhia da Letras, 1998.

VIEIRA, C. A. **Cultura e formação humana no pensamento de Antônio Gramsci**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 51-56, 1999.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chaves: Um vocabulário de cultura e sociedade**. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1983.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. 2.ed. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

WILLIAMS, Raymond. **Base e superestrutura na teoria cultural marxista**. Revista USP, [S. l.], n. 66, p. 209-224, 2005. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i66p209-224. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13448>. Acesso em: 20 abr. 2021.